

**RELATÓRIO Nº 1, DE 2005
ANO DA MULHER – 2004**

Da Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 511, de 2004, com a finalidade de planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações pelo Ano da Mulher – 2004, instituído pela Lei nº 10.745, de 2003.

REQUERIMENTO Nº 511, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 74, I, e demais disposições pertinentes, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Especial Temporária, composta por um representante de cada um dos partidos políticos com representação no Senado Federal, destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações pelo Ano da Mulher – 2004, instituído pela Lei nº 10.745, de 2003. O prazo de encerramento dos trabalhos da Comissão Temporária do Ano da Mulher será, no máximo, o dia 31 de dezembro de 2004.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2004. – **Serys Shlessarenko.**

Comissão Anual final

COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA – ANO DA MULHER – 2004

PRESIDENTE: SENADORA SERYS SLHESSARENKO

RELATORA : SENADORA ROSEANA SARNEY

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PTB)

SERYS SLHESSARENKO (PT) LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL E PSDB)	1-FÁTIMA CLEIDE (PT)
ROSEANA SARNEY (PFL) PDT	1-LÚCIA VÂNIA (PSDB)
AUGUSTO BOTELHO PL	1-VAGO
AELTON FREITAS	1-MAGNO MALTA
PAPALEO PAES	1-NEY SUASSUNA
PATRÍCIA SABOYA GOMES	1-MOZARILDO CAVALCANTI

SENADO FEDERAL

Ano da Mulher – 2004

RELATÓRIO

COMISSÃO ESPECIAL CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO N°511, DE 2004-SF, “DESTINADA A PLANEJAR E COORDENAR A EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO REFERENTE ÀS COMEMORAÇÕES PELO ANO DA MULHER-2004, INSTITUÍDO PELA LEI N°10.745, DE 2003”.

Titulares

*Presidente: Senadora Serys Shiessarenko
Vice-Presidente: Senador Aelton Freitas
Relatora: Senadora Roseana Sarney
Senadora Patrícia Gomes
Senador Augusto Botelho
Senador Papaléo Paes*

Suplentes

*Senadora Fátima Cleide
Senadora Lúcia Vânia
Senador Mozarildo Cavalcanti
Senador Ney Suassuna
Senador Magno Malta*

Projeto de autoria do Deputado Maurício Rabelo-PL - Tocantins

Brasília - 2004

**BANCADA FEMININA
SENADORAS**

Ana Júlia Carepa PT - PA
Fátima Cleide PT - RO
Heloísa Helena - AL
Ideli Salvatti PT - SC
Lúcia Vânia PSDB - GO
Maria do Carmo Alves PFL - SE
Patricia Saboya Gomes PPS - CE
Roseana Sarney PFL - MA
Serys Slhessarenko PT - MT

DEPUTADAS

Alice Mazzuco Portugal PCdoB - BA
Almerinda Filgueiras De Carvalho PMDB - RJ
Angela Moraes Guadagnin Pt - SP
Ann Clélia De Barros Pontes PMDB - PA
Antonia Lúcia Navarro Braga PT - PB
Aparecida Maria Borges Bezerra PMDB- MT
Celcita Rosa Pinheiro Da Silva PFL - MT
Clair Da Flora Martins PT - PR
Denise Frossard Loshi PSDB - RJ
Edna Bezerra Sampaio Fernandes PTP - SP
Elaine Carvalho Costa PTB - RJ
Iara Bernardi PT - SP
Iriny Nicolau Corres Lopes PT- ES
Jandira Feghali PCdoB - RJ
Janete Maria Góes Capiberibe PSB- AP
Kátia Regina De Abreu PFL - TO
Luci Teresinha Choinacki PT - SC
Luciana Krebs Genro S.Part. - RS
Luiza Erundina De Sousa PSB- SP
Maria De Fátima Bezerra PT - RN
Maria Do Carmo Lara Perpétuo PT- MG
Maria Do Rosário Nunes PT- RS
Maria Helena Veronese Rodrigues PPS- RR
Maria José Da Conceição Maninha PT- DF
Maria Laura Monteza De Souza Carneiro PFL - RJ
Maria Lucia Netto Dos Santos PMDB - RJ
Mariângela De Araújo Gama Duarte PT- SP
Marinha Célia Rocha Raupp De Matos PMDB- RO
Maria Perpétua De Almeida PCdoB - AC
Maria Suely Silva Campos PP- RR
Nice Lobão PFL - MA
Neiva Terezinha Marques PTB - RS
Neyde Aparecida Da Silva PT- GO
Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira PSDB - GO
Rosilda De Freitas PMDB- ES
Sandra Maria Da Escóssia Rosado PMDB- RN
Selma Maria Schons PT- PR
Telma Sandra Augusto De Souza PT - SP
Terezinha Das Neves Pereira PT- MA
Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira PSDB- MT
Vanessa Grazziotin PCdoB- AM
Yeda Rorato Crusius PSDB- RS
Zelinda Novaes E Silva Jarske PFL- BA
Zulaiê Cobra Ribeiro PSDB - SP

SECRETARIA DE COMISSÕES

DIRETORA:

Cleide Maria Barbosa F. da Cruz

DIRETOR DE SERVIÇO DE APOIO:

Wanderlei Rabelo da Silva

SECRETÁRIO:

Irani Ribeiro dos Santos

E demais funcionários

GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO - GET

Ato 173/2004, da Presidência

Adriana Motta Leal Teixeira

Ana Cláudia Ceolin, substituída por Ricardo Abreu Alagemovitz

Cláudia Gama Franco de Oliveira

Gislayne Gonzaga Machado - Secretária

Leda Maria Sampaio Pinto

Luciana Studart L. A. Andrade

Maria Ignez Cavalcanti de Souza

Rosilane do Carmo Rocha

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos

Simone Bastos Vieira, substituída por Maria Cristina Pedrinha de Lima

Tânia Mara Fusco

Vladimir Aparecido Spinoza

Doris Marize Romariz Peixoto - Coordenadora

Solange Amorelli R. Pereira - Coordenadora

SUMÁRIO

Agradecimentos

Apresentação

Relatório

Metodologia dos Trabalhos da Comissão

Plano de Ações

Propostas

Objetivos

Considerações Finais

Atividades e Eventos Realizados no Ano da Mulher

Projeto 16 Dias de Ativismo para a

Erradicação da Violência Contra a Mulher

Sugestões Para a Participação do Senado Federal

Matérias de Interesses da Mulher

Conclusão

Diagnóstico da Condição da Mulher na Sociedade Brasileira -

AGRADECIMENTOS

A Presidente da Comissão Especial Ano da Mulher - 2004, Serys Slhessarenko, agradece, indistintamente, a todos os servidores desta Casa Legislativa que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito das ações desenvolvidas pela Comissão durante este ano.

A Francisco Tomé de Castro Neto e Liana França Alagemovits pela dedicação e apoio prestados à Comissão.

Aos Diretores de todos os órgãos, particularmente ao Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carrero, e ao Diretor-Geral, Dr. Agaciel da Silva Maia, pelo irrestrito apoio.

Ao Primeiro-Secretário, Senador Romeu Tuma e, finalmente,

Ao Presidente José Sarney, pela sensibilidade em reconhecer que, somente respeitando as diferenças, alcançaremos a igualdade.

APRESENTAÇÃO

Haverá um tempo em que nós mulheres não inspiraremos mais comissões e datas especiais para tratar de nossas dificuldades, quando o ideal de igualdade absoluta seja cotidiana realidade.

Haverá um tempo em que a lei máxima dos direitos humanos seja inteiramente cumprida e todos seremos realmente iguais em direitos e oportunidades.

Haverá um tempo em que não seremos mais discriminadas com menor salário, menor espaço social, quando não precisaremos mais de cotas para garantir nosso espaço político, social e econômico.

Haverá, sim, um tempo em que todas nós teremos direito à dignidade de assistência adequada à saúde, quando, por falta de acompanhamento ou prevenção, tantas mulheres não mais morrerão no parto, no pós-parto, na gravidez prematura, em consequência do aborto clandestino, ou do câncer não diagnosticado a tempo de cura.

Haverá um tempo em que não seremos mais espancadas, violentadas, agredidas física e moralmente por companheiros e maridos – homens que um dia amamos e também nos juraram amor.

Haverá um tempo quando nós e nossas crianças não seremos mais usadas e abusadas, inteiramente desrespeitadas nas situações de guerra, quando não seremos mais troféu e arma de vingança de inimigos.

Haverá um dia em que não seremos mais maioria numérica e minoria nos cenários da política, dos negócios, dos governos – inclusive do país.

Haverá esse dia, quando todos reconhecerão que nossa pacífica rebeldia tem um sentido maior: fazer o mundo melhor – mais justo e mais igualitário. Por isso temos trabalhado e lutado – independente de ideologias ou posições partidárias.

Dignamente lutamos para que a igualdade de gêneros não seja apenas definida em leis. Seja real. Não disputamos poder. Trabalhamos para igualar as oportunidades, inclusive de comando.

Neste ano dedicado à mulher brasileira, a Comissão Especial da qual sou relatora – e que tem a senadora Serys Slhessarenko, como presidente, e as senadoras Lúcia Vânia, Fátima Cleide e Patrícia Saboya, como membros – com a preciosa e sensível parceria de colegas senadores, trabalhou principalmente para identificar as grandes dificuldades que as brasileiras ainda vivem em seus cotidianos. Também nos empenhamos para ampliar a divulgação de nossas conquistas e usar a lei para combater toda e qualquer espécie de discriminação e preconceito. Trabalhamos com o conceito da igualdade – a que já existe e a que ainda deve ser conquistada.

Nosso relatório final espelha o atual quadro da situação da mulher no país. É registro deste momento na vida brasileira, quando já conquistamos bastante, mas ainda há muito a ser conquistado.

Nosso relatório é retrato do hoje e também farol para o futuro melhor.

Agradeço os meus pares na Comissão Especial e ao grupo de apoio – mulheres e homens. Vocês fizeram, mais perfeito e brilhante, nosso trabalho. São lição e exemplo de igualitário companheirismo.

Agradeço também o apoio e a parceria constante do Presidente do Senado, Senador José Sarney, e dos membros da Mesa Diretora desta Casa. A sensibilidade de vocês deu presença e força à nossa Comissão.

Rendo homenagens a todas as corajosas pioneiras que, nos últimos 100 anos, fizeram a luta das mulheres ganhar visibilidade e força.

Rendo todas as minhas homenagens às mulheres brasileiras – particularmente as anônimas – que no seu dia a dia enfrentam dores e dissabores da desigualdade com coragem e a confiança de que um dia teremos sim o mundo muito melhor do sonho de todos nós.

Senadora ROSEANA SARNEY

Relatora

Senado Federal

RELATÓRIO

A Lei 10.745, de 2003, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituindo 2004 como o Ano da Mulher, deu a medida ao presidente José Sarney importante instrumento para a criação da Comissão Especial Temporária Ano da Mulher, instituída mediante aprovação do Requerimento (RQS) nº 511, de 2004, com a missão de planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações do referido ano.

Instalada em maio, mesmo mês de sua criação, a Comissão, presidida pela Senadora Serys Slhessarenko, foi composta de um representante de cada um dos partidos políticos, com representação no Senado Federal, assim especificada:

Titulares:

Senadora Serys Slhessarenko – PT/MT
Senadora Roseana Sarney – PFL/MA
Senador Aelton Freitas – PL/MG
Papaléo Paes – PMDB/AP
Augusto Botelho/PFL/BA
Patrícia Saboya Gomes – PPS/CE

Suplentes:

Ney Suassuna – PMDB/PB
Fátima Cleide – PT/RO
Lúcia Vânia – PSDB/GO
Mozarildo Cavalcanti – PPS/RR.
Magno Malta - PL/ES

Para assessorar a Comissão, o Presidente José Sarney criou, por meio do Ato nº 173, um Grupo Especial de Trabalho, incumbido de apresentar à Comissão um planejamento periódico de atividades, no âmbito do Senado Federal, para discussão de temas relevantes sobre as questões de gênero e divulgação de programas destinados a estabelecer condições de igualdade e de justiça no processo de inserção da mulher na sociedade.

METODOLOGIA DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Por decisão unânime, foram definidos dois mecanismos básicos, igualmente importantes, de trabalhos da Comissão. O primeiro, caracterizando-se pela realização de reuniões dos Senadores para deliberar sobre as propostas do Grupo Especial de Trabalho – GET. O segundo, reunindo ações internas e externas, como reuniões do GT com a presidente da Comissão para apresentação do Plano de Trabalho, reuniões com os diversos setores da sociedade – governamental ou não governamental – e participação de eventos de promoção do Ano da Mulher.

Estabelecidos os procedimentos para a execução de tarefas, o GET elaborou, após algumas reuniões, todas atestadas nas Atas anexas, um Plano de Ações, com as prioridades de trabalho, concluindo pela necessidade de

envolvimento de todas as áreas do Senado Federal, pois a concessão da infra-estrutura de cada uma das secretarias daria agilidade às ações e contribuiria para o êxito dos eventos.

PLANO DE AÇÕES
GET – Grupo Especial de Trabalho
Comissão Temporária do Ano da Mulher – 2004

Ao elaborar o Plano de Ações, a Comissão considerou, para todos os efeitos, o artigo 2º da Lei 10.745, de 2003, que atribuía ao Poder Público a promoção e a divulgação de eventos, visando à comemoração do Ano da Mulher, mediante programas e atividades, com o envolvimento da sociedade civil. O principal objetivo foi o de estabelecer condições de igualdade e justiça para as questões de gênero. Nesse contexto, a Comissão apresentou algumas ações que inserissem o Senado Federal nas atividades previstas na Lei, por entender que cabia a esta Casa Legislativa participar, como co-autora, do processo de implementação de programas e eventos do Ano comemorativo. Eis na íntegra o Plano de Ações inicial:

A Comissão Temporária do Ano da Mulher – 2004 –, instituída pelo Ato do Presidente nº 173, de 2003, foi incumbida de planejar e deflagrar programas e atividades, no âmbito do Senado Federal, para divulgação e discussão de temas relevantes e de programas destinados a estabelecer condições de igualdade e de justiça na inserção da mulher na sociedade.

Essa Comissão, criada em consequência da aprovação da Lei nº 10.745, de 2003, que estabelece o ano de 2004 como o “Ano da Mulher”, propõe, por meio deste Plano, alguns eventos, que terão início com a abertura oficial do Ano da Mulher, no dia 17 de fevereiro.

Nesse primeiro evento, a ser realizado no Salão Nobre do Senado Federal, será lançada a logomarca do Senado Federal referente ao Ano da Mulher, impressa nos *folders*, *buttons*, camisetas e marcadores de livro distribuídos por ocasião da cerimônia de abertura e ao longo do ano.

A solenidade de entrega do Prêmio Bertha Lutz ocorrerá no dia 9 de março, em sessão plenária, na qual serão agraciadas cinco mulheres de destaque no cenário nacional. Seguem-se o lançamento do livro em homenagem às mulheres agraciadas com o Prêmio nos últimos três anos; o lançamento do documentário sobre políticas públicas voltadas à mulher; a homenagem à primeira servidora do Senado Federal; lançamento do livro “Bibliografia sobre Questões de Gênero” - 2ª Edição -; a apresentação do grupo artístico *Toque de Salto*; a exposição de livros sobre questões femininas; o lançamento do *site*; e jantar na residência oficial, tendo como convidadas as agraciadas com o Prêmio supramencionado, jornalistas e autoridades governamentais.

No dia 16 do mesmo mês, será realizada a primeira videoconferência sobre “mulher e política” no Interlegis. Esse evento promoverá um grande debate entre o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas interligadas na rede Interlegis. Nessa ocasião, serão discutidos temas relativos à inserção da mulher na política brasileira.

Em outras oportunidades, a serem agendadas, serão abordadas matérias concernentes às questões da Mulher nos diversos setores da vida social – cultura, saúde, trabalho, educação – e nas suas relações interpessoais. Com isso, o Legislativo Federal estará interligado com as mulheres de todo o Brasil, abrindo

uma nova perspectiva para o seu papel na sociedade. Além de parlamentares, serão convidados a participar das conferências especialistas, técnicos, mestres e doutores em diversas áreas do conhecimento.

No segundo semestre de 2004, propõe-se a realização de um grande Seminário, em parceria com o ILB. Nesse evento, serão discutidos temas de interesse da Mulher.

Ao longo do ano de 2004, serão montados estandes em diferentes pontos do Senado Federal, nos quais serão expostos materiais impressos de orientações nas áreas de saúde, educação, segurança, entre outras, além de revista em quadrinho.

No âmbito interno, sugerimos a participação dos seguintes órgãos:

- Subsecretaria de Assistência Médica e Social, cujo corpo de profissionais poderá prover a implementação de campanhas educativas, ciclos de palestras, vacinação, esclarecimentos nutricionais além de outras atividades de caráter social;
- Secretaria de Comunicação Social, que poderá inserir programação voltada diretamente ao público feminino, mediante programas de rádio, televisão, campanhas publicitárias, exibição de filmes ou outra atividade que julgar pertinente;
- Secretaria de Recursos Humanos, que poderá oferecer programa de adequação às servidoras, nas atividades inerentes aos seus cargos e funções;
- Secretaria Especial de Informática, que cuidará do gerenciamento do *site*;
- Instituto Legislativo Brasileiro, que possibilitará a realização dos seminários;
- Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, que poderá viabilizar a realização de videoconferências;
- Secretaria Especial de Editoração e Publicação, que poderá contribuir com a confecção de material impresso;
- Subsecretaria de Relações Públicas e Cerimonial da Presidência do Senado Federal, que poderão providenciar convites e preparar adequadamente as homenagens previstas nos eventos do Ano da Mulher.

PROPOSTAS

Em termos gerais, a proposta central deste Plano se ampara em duas linhas de ação: uma voltada ao público interno do Senado Federal e outra direcionada ao público brasileiro, que se propõe seja materializado mediante parcerias com órgãos dos outros Poderes e com vários segmentos organizados da sociedade civil. Entende-se ser esse o mecanismo mais adequado para levar os benefícios da informação ao maior número possível de cidadãs e cidadãos do Brasil.

Nesse contexto, e em face das deliberações contidas no Ato que criou a Comissão Temporária do Ano da Mulher, o Grupo de Trabalho apresenta as ações que deverão ser implementadas pelos setores competentes desta Casa, para serem submetidas à consideração da Senhora Presidente da referida comissão, Senadora Serys Slhessarenko, e do Presidente do Senado Federal:

- confeccionar e distribuir *buttons* da logomarca – símbolo do Ano da Mulher;
- abrir oficialmente o Ano da Mulher no Salão Nobre dos Senadores, ocasião em que se dará o lançamento da logomarca e a distribuição de *folders*, *buttons*, camisetas e marcadores de livro;
- organizar os eventos relativos à entrega do Prêmio Bertha Lutz, com a distribuição de folhetos com a biografia e fotos das cidadãs agraciadas;
- promover videoconferências no Interlegis com as Assembléias Legislativas e, por meio dessas, divulgar e discutir temas de interesse do público feminino, como por exemplo “planejamento familiar”, “mulher no campo”, “mulher na cidade”, “mulher no trabalho”, “mulher em casa”, “mulheres brasileiras de diversas etnias”, entre outros;
- buscar parcerias entre os órgãos do Senado Federal para a implementação de programas e eventos internos com enfoque educativo sobre as questões de gênero;
- lançar o *site* na internet;
- lançar as seguintes publicações com temas relativos à questão da mulher:
 - Dados Biográficos das Senadoras;
 - História da atuação feminina desde o Descobrimento do Brasil até os dias de hoje, com galeria de fotos de mulheres de reconhecido papel na história brasileira (2ª edição);
 - Lançamento de publicação contendo as proposições legislativas de interesse da Mulher;
 - Coleção “O pensamento da mulher brasileira” (1ª edição);
 - Revista em quadrinhos com enfoque educativo sobre os direitos da Mulher;
 - Cartilha sobre os Direitos da Mulher;
 - Livro histórico do Prêmio Bertha Lutz (3ª edição).
- instalar estande em que estarão disponíveis informações legislativas, jurídicas, literárias, de saúde e revista em quadrinhos;
- promover Seminários no ILB com palestras sobre temas relacionados à Mulher (violência, direito, saúde, maternidade, escolaridade, trabalho e aspectos político, econômico e social).

OBJETIVOS

Estimular movimentos que provoquem interesse pelas questões da mulher, com a parceria dos Poderes Executivo e Judiciário e de empresas privadas e organizações não-governamentais, com vistas a estimular a implementação de programas nas escolas públicas e particulares, que despertem e impulsionem o sentimento de respeito à mulher e o desenvolvimento do senso crítico, político e jurídico nas crianças e adolescentes da sociedade brasileira;

Estimular o interesse das mulheres pela inserção na política brasileira, por meio das videoconferências entre o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas.

Promover uma nova consciência e um novo comportamento, a começar desta Casa Legislativa, diante das questões que dizem respeito aos interesses da Mulher e do seu importante papel na sociedade brasileira.

Estimular a criação de novas proposições legislativas específicas concernentes aos assuntos de interesse do público feminino.

Fevereiro

17/02

Abertura Oficial das atividades e dos trabalhos da Comissão do Ano da Mulher, no Salão Nobre do Senado Federal, foi marcada com distribuição de material informativo sobre o Ano da Mulher, como calendário, cartazes e marcadores de livro. Na oportunidade, também foi feito o lançamento da *logomarca* Ano da Mulher, que mostrou, com a força de síntese, tradução e representação, a importância da comemoração.

A *logomarca* representou o instrumento de identidade e difusão do Ano da Mulher e serviu de assinatura para todas as atividades, materiais, promoções e eventos desenvolvidos durante o ano pela Comissão. A artista Alessandra Maia foi incumbida de criar a referida *logomarca* e, para concretizá-la, tomou uma flor - a mimosa. Em seguida, por meio de uma composição gráfica simples e simétrica, a mergulhou no lilás, adotada como símbolo do movimento feminista de 1910, durante a II Conferência de Mulheres, realizada na Dinamarca.

Essa solenidade contou com a participação do Presidente José Sarney, do Deputado Maurício Rabelo, autor do projeto de lei que instituiu 2004 como o Ano da Mulher, do Senador Romeu Tuma, da Presidente da Comissão, Senadora Serys Slhessarenko, diretores de vários órgãos do Senado Federal e demais autoridades.

Marco

09/03

Sessão Solene Conjunta no Plenário do Senado Federal, às 10 horas, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e Outorga do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz às cinco mulheres agraciadas por sua posição de destaque no cenário nacional. Organizada pela Secretaria Geral da Mesa, a sessão transcorreu com muitos discursos, destacando a atuação das agraciadas em 2004: Senhora Eva Sopher, Mônica Maria de Paula Barroso, Maria Aparecida Shuma Schumacher, Maria Gleyde Martins Costa e Zuleika Alambert.

À tarde desse mesmo dia, a Comissão realizou outros eventos, como:

1 - Lançamento na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, da publicação em homenagem às mulheres premiadas, intitulada *Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz- 3 anos*. O Senador Romeu Tuma fez discurso homenageando todas as mulheres, com uma menção especial para a Senadora Roseana Sarney, como primeira Governadora eleita do Brasil, para a Senadora Eunice Michiles, como primeira parlamentar mulher a tomar posse no Senado Federal e para a Senhora Marly Sarney. Também receberam homenagens a Senhora Eth Vieira Kritz, que tomou posse no Senado da República em 01/04/1937, e a Senhora Odeth Lopes de Almeida. Primeira e segunda servidoras mais antigas do Senado Federal, respectivamente.

Durante a cerimônia a Senadora Roseana Sarney fez discurso lembrando a importância do Ano da Mulher como uma iniciativa capaz de fazer ressoar para o resto do Brasil todas as formas de discriminação ainda existente e o quanto ainda é preciso avançar em favor de direitos igualitários. Também fez uso da palavra a Senadora Serys Slhessarenko. Participaram do evento, o Diretor-Geral do Senado Federal, Dr. Agaciel da Silva Maia, o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Dr. João Carlos Zogbi e demais autoridades.

2 -A Biblioteca organizou uma exposição de livros sobre questões de gênero.

3 -Houve ainda o lançamento do livro intitulado *Bibliografia sobre Questões Femininas – 2^a edição*. Com suas 1.499 referências de livros e artigos publicados desde 1998, espelha o imenso e contínuo trabalho das mulheres brasileiras na construção de uma sociedade mais justa, sem espaço para discriminação. Trata-se de uma publicação da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal. Nessa publicação constam informações sobre os direitos das mulheres, a violência contra a mulher, o trabalho feminino, a discriminação sexual e de gênero, os direitos políticos, o planejamento familiar, a proteção à maternidade, o feminismo, a esterilização, a educação, a saúde, a psicologia, a mulher negra e a mulher indígena.

4 -Lançamento e exibição de documentário da TV Senado.

5 -Apresentação do *Grupo Toque de Salto*

6 - Lançamento do site <http://www.senado.gov.br/anodamulher/>.

Para explicar a necessidade de lançamento da Página do Ano da Mulher, a Senadora Serys Slhessarenko fez o seguinte pronunciamento:

A instituição do Ano da Mulher, por meio de lei federal, decorre da necessidade, ainda francamente percebida dentro da sociedade brasileira, de se estabelecer uma agenda positiva e consequente, capaz de ensejar e acelerar a gradual, mas permanente, mudança de uma cultura patriarcal equivocada, que estimula a naturalização de continuados atos discriminatórios. São atitudes que refletem um profundo preconceito devotado ao sexo feminino. Essas distorções podem ser mais facilmente percebidas em algumas das mais relevantes facetas da vida social, como o desalinhamento salarial e a violência doméstica.

Estimular a reflexão permanentemente, visando promover a adoção de novas atitudes, é uma das grandes metas que vamos perseguir ao longo deste ano de 2004. Para tanto, concebeu-se um conjunto orgânico de atividades especialmente articuladas, com a firme intenção de alcançar todos os segmentos sociais. Assim, vamos tratar de encaminhar as mudanças reclamadas por uma sociedade que tem o dever ético de tornar-se contemporânea de si mesma.

Esta página, integrante do portal do Senado Federal, é mais uma estratégia que se utiliza para a consecução dos objetivos fixados para o Ano da Mulher. É bem verdade que o Brasil ainda conta com milhões de excluídos digitais – aliás, um problema que afeta indistintamente mulheres, homens e jovens e também precisa ser enfrentado logo -, mas ao disponibilizarmos nesta página acesso para vários outros sítios da rede, que guardam pertinência com as questões femininas deste início de século, procuramos atingir a maior audiência possível.

Não se trata meramente de marcar presença na Internet, como se tornou banal nos dias que correm. Com a utilização permanente da página e a possibilidade de interação por intermédio de uma caixa de correio eletrônico própria à disposição de todas as usuárias, durante este ano poderemos agregar novas idéias e links, até, eventualmente, transformar este espaço em um portal que espelhe a multiplicidade de interesses e de visões de mundo e preste efetivos serviços à mulher brasileira. Para isso, contamos, desde já, com a sua contribuição, seja na forma de críticas, elogios ou sugestões.

O apelo da parlamentar foi ouvido. Muitos acessos foram registrados, muitas sugestões formuladas, muitas colaborações enviadas. Desta forma, o site anodamulher foi alimentado e enriquecido com informações versando sobre variados temas do interesse da mulher, prestando, à sociedade, principalmente à mulher brasileira, um significativo serviço.

31/03

Realização da Videoconferência *A Mulher na Política*, transmitida às 26 Assembléias Legislativas de Estado e à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O evento seguiu dois eixos de discussão. Uma de cunho mais empírico, abrangeu questões ligadas à participação da mulher na política, incluindo, nesse segmento, o tema das cotas, das agendas das bancadas ligadas a questões de gênero e da proteção da condição feminina. A segunda, de natureza filosófica, abordou as questões culturais, em que as noções morais e os ideais foram expostos, discutidos, apoiados ou negados.

Sob a coordenação da Senadora Serys Slhessarenko, a videoconferência contou com a presença da Senadora Heloísa Helena; com a participação das painelistas convidadas Professora Dra. Lúcia Avelar, da UnB; da Professora Dra. Eva Blay, da Universidade de São Paulo; da Professora Dra. Elizabeth Nasser; da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; da Deputada Jandira Feghali, como debatedora; e das jornalistas Tereza Cruvinel, do Jornal O Globo, e Adriana Motta, da TV RBS.

Abri**15/04**

A Comissão participou da 18ª Bienal Internacional do Livro em São Paulo, no Centro de Convenções dos Imigrantes, com a apresentação de publicações do Senado Federal sobre o tema *mulher* e com o lançamento pela Senadora Serys Slhessarenko da obra intitulada *Senadoras: Dados Biográficos – 1979 a 2004*.

29/04

Para lembrar o *Dia Internacional da Mulher*, comemorado no dia seguinte, 30/04, escolheu-se o dia 29/4 para o lançamento da publicação intitulada *Senadoras: Dados Biográficos – 1979 a 2004*, pela Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.

A obra reúne a biografia de todas as senadoras brasileiras, incluindo discursos e matérias legislativas. Reflete um pouco da luta feminina pela cidadania, a busca pela representação política. A cerimônia contou com a participação e pronunciamento do presidente José Sarney, que homenageou a cada uma das mulheres presentes, entre elas a Senadora Eunice Michiles. Após o lançamento, foi oferecido a todos os presentes um coquetel.

Maio**26/05**

O Dia das Mães também foi lembrado pela Comissão das Mulheres que promoveu a apresentação do *Talk Show Mulheres que Sonham, Mulheres que realizam*. O evento aconteceu no auditório do Interlegis, no dia 26 de maio, sob o comando da Dra. Mônica Mulaitho, médica pediatra, hebeatra e terapeuta familiar, que atua nas redes pública e privada de saúde do Distrito Federal. Ela é fundadora da Cia do Adolescente – grupo interdisciplinar voltado à assistência biopsicossocial do adolescente.

Pelo trabalho que realiza e porque costuma participar de encontros com personalidades, onde são realizadas entrevistas nos moldes de um programa de entretenimento televisivo, foi a escolhida para conduzir o show, do qual participaram mães, educadores, adolescentes, parlamentares, membros do Grupo Especial do Trabalho. Os entrevistados pela Dra. Mônica Mulatinho foram: a antropóloga Lia Zanotta, da Universidade de Brasília; Rosaly Rulli Costa, especialista em fertilização in vitro pela Universidade de Milão/Itália, e coordenadora do Programa de Reprodução Humana da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Zaquie Meredith, autora do livro *É a fé que sustenta*, socióloga, formada pela USP de São Paulo. Estudou medicina alternativa nos Estados Unidos e Terapia Familiar Sistêmica e o Dr. Sérgio Feijó, membro da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, cirurgião plástico formado pela Universidade de Santa Catarina.

As entrevistas foram conduzidas ao som dos violões de cantores convidados.

Junho

14/06

A realização do Painel *Mulher: Sujeito e Agente de Transformação* ocorreu na Sala – 2, da Ala Nilo Coelho, no dia 14 de junho, às . Teve como objetivo abrir um espaço que imprimisse visibilidade à figura da Mulher, como sujeito e agente de transformação social. O Senado Federal e o Decanato de Extensão da UnB apresentaram nesse Painel temas como: as desigualdades ainda existentes, mesmo com os avanços femininos na sociedade, que provocam uma discussão em torno do papel da mulher; a defesa da humanização do parto; a mulher como ser sociológico e plural e a garantia de seus direitos como cidadã.

A abertura foi feita pelo Senhor Senador Papaléo Paes, membro da Comissão Ano da Mulher, e o Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, Florian Madruga, sendo encerrada pelo Artista Plástico, poeta, compositor e membro da Academia Maçônica de Letras, Ricardo Movitz, declamando a poesia de sua autoria intitulada *A Confissão da Chama*.

Foram convidados para a apresentação do Painel, professores da UnB que exercem atividades relacionadas aos temas concernentes ao gênero feminino, assim representados:

Professor José Geraldo de Sousa Júnior, da Faculdade de Direito, membro do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos da UnB;

Professora Silvéria Maria dos Santos, Coordenadora do Painel, Professora do Departamento de Enfermagem da UnB, membro do Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Representante do Fórum de Mulheres no Comitê de Mortalidade Materna do Distrito Federal;

Professora Dirce Guillen, Vice-Diretora da Faculdade de Saúde da UnB Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde da UnB, Fundadora da ONG Anis, Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero,

Professora Dione Moura, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB, Doutora em Ciências da Informação

Professora Lourdes Maria Bandeira, Diretora do Departamento de Ciências Sociais da UnB, Coordenadora do Núcleo de Estudos e de pesquisas

sobre a Mulher – NEPEM/UnB, com artigos e publicações sobre violência de gênero, feminismo, conflitualidade, mediação de conflitos e controle social.

Julho

09/07

Reunião Deliberativa da Comissão, na Ala Nilo Coelho – Sala – 2

Pauta:

Analisar e aprovar as propostas de trabalho e atividades para o segundo semestre. Leitura do calendário de ações. Durante a reunião, foi sugerida e discutida a possibilidade de realização de um show de MPB, em que cantoras com grande apelo popular pudessem trazer uma mensagem de luta, atraindo, dessa forma, para além das cercanias locais, o movimento de conscientização da mulher na luta pela emancipação e por novas conquistas.

14/07 a 23/07

*Exposição de fotografias na Biblioteca do Senado Federal, intitulada *Imagens da Mulher Brasileira desde 1880*, realizada em parceria com o Arquivo Nacional, Secretaria da Biblioteca e com a Secretaria Especial de Política para as Mulheres. O evento contou com a presença do Diretor-Geral do Senado Federal, Dr. Agaciel da Silva Maia, representantes do Arquivo Nacional e da Secretaria das Mulheres. Para este evento, e visando à distribuição durante a *Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, organizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ocorrida no dia seguinte, no Clube de Tênis de Brasília, foram produzidos pela SEEP 5000 (cinco mil) folders.*

Mais uma vez, a Comissão da Mulher se fez presente, com a instalação de um estande, no qual expôs e distribuiu todo o material produzido e utilizado em diversos eventos no até então.

Apresentação do *Clipping Mulher*

•Refere-se a uma coletânea de matérias sobre a mulher, selecionadas pela Secretaria de Biblioteca do Senado Federal, visando à distribuição mensal nos gabinetes de senadores e lideranças. A capa foi aprovada na reunião ordinária da Comissão, ocorrida no dia 06/07/2004, com a orientação de alteração da cor mensalmente para dar maior visibilidade.

17/07

A presidente da Comissão Senadora Serys Slhessarenko participou no dia 17 de julho, da *Junta Directiva do Parlamento Latinoamericano*, no Estado de São Paulo.

Nesse Encontro, propôs a declaração de 2005, como o Ano da Mulher Latinoamericana. A proposta contou com o respaldo das deputadas Laura Carneiro e Doris Sanchez e foi aprovada por unanimidade.

Agosto

O lançamento de Cartilha sobre os Direitos da Mulher na Feira de Livros de Fortaleza ocorreu no mês de agosto. A elaboração dessa publicação, sob a responsabilidade da Consultoria Legislativa do Senado Federal, intitulada *A Mulher e as Leis: Perguntas e Respostas para o Brasil do Século XXI*, teve como objetivo

melhor informar as mulheres sobre os seus direitos específicos, como licença-maternidade, planejamento familiar, direito à integridade física e emocional, entre outros. As informações sobre esses direitos foram agrupadas em quatro grandes temas: trabalho, família, integridade física e emocional e cidadania. No capítulo que dispõe sobre o **trabalho**, foram abordados, dentre outros, assuntos como igualdade no pagamento, licença-maternidade, aposentadoria. No tema **família**, foram incluídos o casamento, a guarda dos filhos, os direitos reprodutivos e os exames gratuitos de DNA nas investigações de maternidade e paternidade. O capítulo **integridade física e emocional** foi dividido em três segmentos: violência sexual, violência física e violência psicológica ou emocional. Os direitos da **cidadania** abrangem direitos constitucionais e políticos.

A Cartilha passou a ser a *menina dos olhos* da Comissão. Já que a partir de então foi bastante solicitada, assim como distribuída em todos os eventos, chegando a alcançar a 3ª edição, tão grande foi a procura por um exemplar.

26/08

Em homenagem ao *Dia Internacional da Igualdade Feminina*, comemorado em 26/08, foram exibidos no auditório do Interlegis, dois filmes da diretora Tetê Moraes, intitulados *Terra para Rose* e *Sonho de Rose – 10 anos depois*.

O primeiro, conforme *release* distribuído pela produtora, *parte da história de Rose, agricultora sem terra que, com outras 1500 famílias, participou da primeira grande ocupação de uma terra improdutiva, a fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul*. O filme aborda a sensível questão da reforma agrária no Brasil, no período de transição após o regime militar. Pela abordagem histórica e realista, mereceu os aplausos dos presentes, muitos surpreendidos com a forma como ocorreu o início de um polêmico e importante movimento social o MST. Rose deu a luz ao primeiro bebê.

27/08

Nesse dia foi exibido o filme *O Sonho de Rose – 10 anos depois*. Seguindo a trajetória dos personagens de *Terra para Rose*, a diretora cinematográfica faz um relato do seu reencontro 10 anos depois com os personagens de seu primeiro filme, mostrando a vida de algumas das 1500 famílias de agricultores sem terra que, em 1985, realizaram a primeira ocupação de um latifúndio improdutivo, a Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, berço do Movimento dos Sem Terra - MST.

Após anos de luta, vivendo acampados em barracos de lona, enfrentando a polícia e negociando com o governo, os antigos sem terra de *Terra para Rose* conseguiram transformar o sonho em realidade, passando a bem sucedidos pequenos agricultores. Com a família e com os amigos criaram cooperativas, formaram associações, conquistaram uma situação diferenciada, mas hoje se preparam para outros desafios.

O tema dos filmes despertou grande curiosidade entre os presentes e deu margem a um caloroso debate sobre a história dos Sem Terra no Brasil, particularmente sobre a forte presença da mulher na luta, como mãe, como esposa, ou como engajada ao movimento reivindicatório. O debate contou com a participação do produtor Hélio Pitanga, diretor da Bossa Produção.

Um dos bons resultados alcançados foi a divulgação de artigos e notas em colunas de conceituados veículos de comunicação do País, entre os quais, o *Jornal de Brasília*, *Jornal do Brasil* e *Correio Brasiliense*, e jornais do Estado do Maranhão, de Santa Catarina e do Mato Grosso, lembrando o *Dia Internacional da Igualdade Feminina*, e destacando o trabalho da Comissão como fato de reconhecido valor na luta em favor da igualdade entre gêneros.

Em reunião com membros do GET realizada naquele final de semana, Hélio Pitanga apresentou projeto que desenvolveu para a Comissão da Mulher, visando a realização de uma mostra cinematográfica, à qual deu o nome de *Sob o Olhar Feminino*, se comprometendo a preparar o evento sob bases contratuais.

Setembro

A Comissão Ano da Mulher preparou para o mês de setembro o lançamento da Cartilha *A Mulher e as Leis – Perguntas e Respostas para o Brasil do Século XXI*, desta feita, no Conjunto Nacional de Brasília. O evento atraiu o público, que aproveitou a oportunidade para ter o seu exemplar, distribuído gratuitamente pela Comissão, autografado pela Senadora Serys Slhessarenko. Além dos membros do Grupo Especial, também esteve presente o diretor da Subsecretaria de Relações Públicas, Francisco Etelvino Biondo.

Outubro

A Comissão da Mulher distribuiu, nesse mês, um calendário intitulado *Datas Comemorativas*, contendo todas as datas relativas a assuntos do interesse da mulher.

Tendo em vista a divulgação do Ano da Mulher de maneira sistematizada, a Comissão enviou expedientes à Secretaria de Recursos Humanos, solicitando a inclusão da mensagem do Ano da Mulher no rodapé dos contracheques de todos os servidores desta Casa.

Solicitou, ainda, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, a inserção da mesma mensagem nos extratos de qualquer movimentação dos correntistas daquelas instituições.

Novembro

09/11

A segunda *Videoconferência Lugar de Mulher é na Política- Resultados das Eleições Municipais – 2004* foi uma iniciativa da Comissão da Mulher, da Bancada Feminina no Congresso Nacional, do Interlegis e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA. Foi transmitida em rede nacional nos auditórios das Assembléias Estaduais do País.

O evento trouxe ao debate a participação e representação política das mulheres, a partir dos resultados eleitorais das candidaturas femininas. Participaram parlamentares, mulheres eleitas, organizações de mulheres e órgãos governamentais de políticas para as mulheres. Teve o objetivo de promover uma sensibilização sobre as plataformas pelos direitos das mulheres e uma articulação entre mulheres de vários estados e de várias frentes de ação política. Na relação abaixo, os nomes das autoridades presentes e o tema que cada um desenvolveu durante a videoconferência.

Senadora Serys Slhessarenko, Presidente da Comissão Especial Temporária Ano da Mulher – 2004:

Tema: A Importância da Articulação Política das Mulheres em Âmbito Nacional e nas Diferentes Frentes de Ação;

Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Tema: Construção das Políticas Públicas para as Mulheres

Deputada Federal Iara Bernardi, Coordenadora da Bancada Feminina

Tema: *A Plataforma dos Direitos da Mulher como um caminho para o Fortalecimento da Democracia e da Cidadania*

Professora Dra. Lúcia Avelar, Presidente do Instituto de Política/UNB

Tema: A participação das Mulheres nas eleições de 2004;

Representantes da CFEMEA

Tema: *Participação e Representação Política das Mulheres: Entraves e Possibilidades*

O lançamento do livro intitulado Brasileiras Célebres, na Feira do Livro de Porto Alegre/RS, contou com a presença do Primeiro Vice-Presidente, Senador Paulo Paim. Organizado sob os auspícios do Conselho Editorial do Senado Federal, a reedição dessa publicação teve como objetivo homenagear brasileiras ilustres que se destacaram de alguma forma em diversas áreas de conhecimento.

25/11 e 26/11

Para subsidiar as ações que transformarão *2005 como o Ano da Mulher Latinoamericana*, a Senadora Serlys Slhessarenko apresentou durante a *Reunião de Igualdade de Gêneros e Povos Indígenas e Etnias*, ocorrida na Guatemala, nos dias 25 e 26 de novembro, uma série de propostas. Com elas, a parlamentar demonstrou a firmeza de intenções de transformar a América Latina num celeiro de comemorações, lembrando e alertando a cada uma das mulheres latinoamericanas a necessidade de continuarem lutando pela igualdade de direitos e inclusão social plena.

Concomitantemente a essas realizações, a Comissão deu início à organização do cronograma de atividades para os 16 dias de ativismo, que se realizam anualmente entre 25/11 e 10/12. Assim, com o objetivo de envolver todos os segmentos desta Casa Legislativa, para que naquele período suas ações abrangessem temas e serviços voltados para a questão de combate à violência contra a mulher, a Comissão apresentou proposta dirigida à Diretoria-Geral do Senado Federal, na qual ratificava a importância da participação de cada um dos seus órgãos, conforme descrito abaixo:

***PROJETO 16 DIAS DE ATIVISMO PARA A ERRADICAÇÃO DA
VIOLENCIA CONTRA A MULHER*****Breve Histórico do Movimento**

Instituída oficialmente no ano de 1991, pelo Instituto pela Liderança Global de Mulheres (Center for Women's Global Leadership), a Campanha dos 16 dias de ativismo para a erradicação da violência contra a mulher foi marcada pela necessidade de pessoas e grupos sensibilizar a sociedade pela eliminação de toda forma de violência contra a mulher.

Realizada simultaneamente em 127 países, a campanha “busca estabelecer um elo simbólico entre violência de gênero e direitos humanos, enfatizando que a violência contra a mulher é uma violação aos direitos humanos”.

Essa correlação está identificada pelas datas relativas ao Dia Internacional pela Eliminação Violência Contra a Mulher, que ocorre no dia 25 de novembro e na outra ponta, 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, marcando, dessa forma, os 16 dias de ativismo.

SUGESTÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DO SENADO FEDERAL:

- ♦ Rádio e TV - Produzir pautas voltadas ao tema;
- ♦ Secretaria de Serviço Médico – Desenvolver campanhas de manutenção da saúde feminina com a instalação de postos de atendimento em pontos estratégicos de complexo Senado Federal;
- ♦ Secretaria de Recursos Humanos SRH – Promover palestras sobre os direitos da trabalhadora brasileira em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro – ILB;
- ♦ Consultoria Legislativa e de Orçamento – Elaborar estudos sobre questões relacionadas a políticas públicas voltadas para as mulheres, com participação em mesas redondas na TV Senado, Comissões, ILB e Interlegis.
- ♦ Secretaria Geral da Mesa e Comissões – Promover a inclusão de projetos em tramitação na Casa, estabelecendo como meta a análise e votação de todas as matérias de interesse da igualdade de gêneros;
- ♦ Promoção de campanhas de valorização das servidoras;
- ♦ Promoção de cursos com participação aberta ao público sobre o tema: O Legislativo e a Sociedade com o objetivo de explicitar o processo legislativo, e como e quando pode se dar a participação da sociedade;
- ♦ Envolvimento das Câmaras Legislativas e Assembléias Municipais, fornecendo material e sugestões de eventos;
- ♦ Promoção de cursos compactados abertos à sociedade sobre temas diversos;
- ♦ Promoção de ciclo de palestras nas escolas com a participação da bancada feminina do Senado Federal;
- ♦ Relançamento de títulos relativos ao tema, na Biblioteca, com a presença de alguns autores;

- ◆ Apresentação do Coral do Senado Federal;
- ◆ Prêmio Senado Mulher;
- Organizar os eventos relativos à entrega do Prêmio Bertha Lutz, com a distribuição de folhetos com a biografia e fotos das cidadãs agraciadas;
- Buscar parcerias entre órgãos do Senado Federal para a implementação de programas e eventos internos com enfoque educativo sobre as questões de gênero. Para a viabilização das referidas parcerias, foram feitos contatos com as Diretorias de diversas Secretarias, através de expedientes, e de visitas pessoais a esses órgãos, por parlamentares e por membros do Grupo Especial de Trabalho.

Com a receptividade e a parceria de vários órgãos, alguns eventos foram acontecendo. Inicialmente, através de uma iniciativa da Secretaria Geral da Mesa, seguida de outras atividades realizadas, concomitantemente, com outras ações desenvolvidas nas esferas do Governo Federal, de ONGs e órgãos internacionais.

24/11

No âmbito do Senado Federal, foi realizada uma Sessão Solene em homenagem ao *Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher*. Para essa solenidade, a Comissão Ano da Mulher trouxe o Coral de Crianças da Escola das Nações, em número de 48 entre meninos e meninas, que interpretaram *Perhaps love* e *O que cantam as crianças*, durante a Sessão de Abertura, no Plenário do Senado Federal, às 10 horas.

Estiveram presentes à cerimônia, a Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres; a Primeira Dama do Peru, Senhora Eliane Karp de Toledo; o Embaixador Hernan Couturier; a Vice-Primeira Dama do Brasil, Senhora Mariza de Alencar; Embaixador do Peru Hernán Couturier; Deputada Jandira Feghali e Senador Eduardo Siqueira Campos, entre outros.

O laço branco, símbolo escolhido pelos homens que repudiam a violência contra a mulher, e rosas foram distribuídos no decorrer da solenidade.

29/11 a 3/12

Na sequência, a Comissão da Mulher promoveu a exposição *Pela Eliminação da Violência Mundial contra a Mulher*, na Galeria do Senado Federal, no período de 29/11 a 3/12, buscando, dessa maneira, alertar a sociedade para as várias formas de violência praticadas, assim como para a necessidade de redução das tristes estatísticas que insistem em fazer parte do dia-a-dia da mulher brasileira. Dessa exposição participaram as seguintes entidades:

Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA

Delegacia da Mulher de Fortaleza/CE

Delegacia de Atendimento a Mulher – Jacarepaguá/RJ

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro –

CEDIM

Instituto Papai – Com a Campanha Brasileira do Laço Branco

SOS CORPO - Gênero e Cidadania –

União Brasileira de Mulheres – UBM

Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento – AGENDE

Fundo do Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher –

UNIFEM

Dezembro

A Comissão Ano da Mulher finaliza os trabalhos neste mês de dezembro, com a programação dos 16 dias de ativismo, a entrega do Relatório das Atividades da Comissão ao Presidente José Sarney, no dia 15, quarta-feira, às 11 horas e com o lançamento do livro intitulado *Proposições Legislativas Sobre Questões Femininas no Senado Federal*, prefaciado pelo próprio Presidente.

Para a divulgação do lançamento desta obra, a Comissão preparou *release*, enviado a diversos órgãos de comunicação, contendo o seguinte texto:

“Proposições Legislativas sobre a Questão Feminina no Parlamento Brasileiro, 1826-2004”.

O Congresso tem papel importante na luta por igualdade de fato das mulheres brasileiras. Do período imperial aos dias atuais, mudanças e conquistas fundamentais têm sido debatidas e transformadas em leis, que abrem espaços de maior respeito e dignidade às mulheres em nossa sociedade. As leis combatem o preconceito e a discriminação.

No Ano Nacional da Mulher, proposto e instituído pelo Congresso, um livro registra o caminho percorrido para que necessidades e anseios das brasileiras fossem transformados em normas jurídicas. A publicação contém TODAS as proposições relacionadas às questões femininas que tramitaram ou tramitam no Parlamento Brasileiro, de 1826 a 2004. São informações do acervo do Arquivo do Senado, e também da documentação histórica das proposições legislativas do Senado e da Câmara Federal. O livro inclui o que se transformou em lei e também o que foi rejeitado.

Assim, espelha o comportamento do legislativo nesses 178 anos. Se as proposições são indicadores valiosos, a recusa também é repleta de significados. Ambos registram o caminho das mudanças na sociedade. Esse registro permite, principalmente, identificar e reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em sua luta por igualdade de fato.

O Parlamento repercute os dilemas nacionais e, portanto, as dificuldades, pressões e até incompREENsões no tratamento político às questões levantadas pela sociedade. O acompanhamento da tramitação das matérias legislativas permite, por exemplo, visualizar a importância das duas últimas décadas para as questões femininas.

Houve uma explosão do interesse parlamentar sobre o tema, com significativo crescimento numérico de proposições e aumento proporcional também na aprovação.

Em que medida o crescimento do número de mulheres atuando no Congresso interferiu na mudança? Os dados mostram que, se a maior presença das parlamentares tem influência no crescimento das propostas de leis relativas às questões de gênero, a defesa dos temas de interesse de mulheres tem sido também objeto de crescente atenção masculina. Ou seja, a busca de melhores condições de vida para as brasileiras é hoje uma questão nacional.

Com esta publicação, que tem a chancela da Comissão Temporária do Ano Nacional da Mulher, o Senado Federal oferece à sociedade brasileira novo e precioso instrumento de pesquisa e de orientação.

O livro “Livro Proposições Legislativas sobre a Questão Feminina no Parlamento Brasileiro, 1826-2004” é o primeiro volume da série Memória Legislativa -- coleção coordenada pelo Arquivo do Senado com publicações técnicas sobre o universo do poder legislativo, além das de cunho cultural, educacional e científica. Todo esse material sobre a atividade legislativa integra o rico e diversificado acervo histórico do Senado. A coleção será parte da programação para marcar os 180 anos do Arquivo do Senado Federal, em 2006.

Matérias de Interesses da Mulher

A Comissão também encaminhou expediente à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, solicitando prioridade para a tramitação, no Congresso Nacional, de todos os projetos do interesse da Mulher, conforme especificado:

Proposições	Autoria	<u>Ementa</u>	Situação Atual
PL-1308/2003	Comissão de Legislação Participativa	Altera e revoga dispositivos do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	PLEN: Pronta para Pauta
PL-207/2003	Almerinda de Carvalho - PSB /RJ	Dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 9.263, que "regula o parágrafo sétimo do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências".	CCP: Aguardando Encaminhamento; CSSF: Aguardando Parecer.
PL-4366/1993	Senado Federal	Altera dispositivos da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor", e do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal	PLEN: Pronta para Pauta.
PL-2726/2003	Dra. Clair - PT /PR	Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.	CCJC: Tramitando em Conjunto.

PL- 7000/2002	Elcione Barbalho - PMDB /PA	Dispõe sobre o percentual mínimo de mulheres nas listas de candidatos registrados por partidos políticos em eleições proporcionais.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 910/2003	Francisca Trindade - PT/PI	Estabelece incentivo fiscal às empresas que contratarem empregadas mulheres chefes de família e dá outras providências.	CFT: Aguardando Parecer.
PL- 822/1995	Jandira Feghali - PCDOB /RJ	Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 2354/2003	Janete Capiberibe - PSB /AP	Dispõe sobre o exercício da profissão de parteira tradicional e dá outras providências	CSSF: Pronta para Pauta
PL- 375/2003	<u>Laura Carneiro -</u> <u>PFL/RJ</u>	Autoriza o Poder Executivo a emitir selo postal comemorativo ao Dia da Eliminação da Violência contra a Mulher.	: MESA: Arquivada
PL- 3142/2004	Laura Carneiro - PFL/RJ	Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.	CSSF: Aguardando Parecer.
PL- 2771/1997	<u>Lidia Quinan -</u> <u>PMDB/GO</u>	Acrescenta parágrafo ao art. 138 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "Institui o Código Eleitoral".	PLEN: Aguardando Definição Encaminhamento.
PL- 4314/2001	Luci Choinacki - PT/SC	Cria o Dia da Mulher e dá outras providências.	CCJC: Aguardando Designação de Relator.
PL- 2466/2003	Lúcia Braga - PT /PB	Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem mulheres e dá outras providências	CSSF: Aguardando Parecer.
PL- 6216/2002	Luiza Erundina/SP	Acrescenta incisos aos artigos 44 e 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.	CCJC: Pronta para Pauta
PL- 109/1999	Maria Elvira - PMDB/MG	Torna obrigatória a realização de exames para diagnóstico da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), ou detecção do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) em mulheres grávidas no Sistema Único de Saúde.	CCJC: Tramitando em Conjunto.

PL- 719/2003	Mariângela Duarte - PT/SP	Altera o artigo 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário, e dá outras providências.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 1962/2003	Marinha Raupp - PMDB/RO	Acrescenta o inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 2599/2000	Marinha Raupp - PSDB/RO	Dispõe sobre a criação de selo comemorativo do Dia Internacional da Mulher.	CCTCI: Pronta para Pauta.
PL- 1963/2003	Marinha Raupp - PMDB/RO	Torna obrigatório a vacinação contra a rubéola de mulheres em idade fértil".	CSSF: Pronta para Pauta.
PL- 810/1995	Rita Camata - PMDB/ES	Proíbe servir bebidas alcoólicas às pessoas que menciona e determina sua comercialização com um alerta às mulheres grávidas.	CCJC: Aguardando Parecer.
PL- 1134/1991	Sandra Starling - PT/MG	: Altera dispositivo das Leis nºs 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil, 6.515, de 26 de dezembro de 1977 - Lei do Divórcio, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos, relativos a adoção de apelidos por cônjuge e determina outras providências.	PLEN: Pronta para Pauta.
PL- 6135/2002	Socorro Gomes/PA	Dispõe sobre a destinação de 30% (trinta por cento) das habitações produzidas para famílias de baixa renda, às mulheres chefes de família.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 1000/2003	Telma de Souza - PT/SP	Altera dispositivos do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para retirar anacronismos relativos ao tratamento jurídico da mulher.	CCJC: Aguardando Análise Parecer.
PL- 3996/1997	Telma de Souza - PT/SP	Cria nas programações da Radiobrás espaço institucional para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ONG's.	CCJC: Pronta para Pauta.
PL- 715/1995	Telma de Souza - PT/SP	Acrescenta artigo à Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.	CCJC: Pronta para Pauta.

PL- 3122/2004	Zelinda Novaes - PFL/BA	Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios ou atentatórios contra a mulher praticados por empregador.	CSSF: Tramitando em Conjunto.
PL- 3913/2000	Alberto Fraga - PMDB/DF	Altera o art. 792 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, retirando as expressões "mulheres casadas" e "maridos".	CCJC: Pronta para Pauta.
PL- 4429/1998	Zulaiê Cobra - PSDB/SP	Altera o art. 219 do Decreto-Lei nº 2.848, de 8 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro)	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 5405/2001	Alberto Fraga - PMDB/DF	Determina a obrigatoriedade de existência nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios de unidades especializadas de polícia para atendimento da mulher, do idoso, da criança e do adolescente, das minorias e das vítimas de crimes de preconceito de raça, cor ou religião e investigação de crimes ambientais, e dá outras providências.	CCJC: Pronta para Pauta.
PL- 6048/2002	Alberto Fraga/DF	Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.	CCJC: Pronta para Pauta.
PL- 1329/2003	André Luiz - PMDB /RJ	Assegura preferência à mulher, em igualdade de condições, para nomeação em concursos públicos a que se submeterem.	CSSF: Aguardando Parecer.
PL- 3447/2004	Carlos Nader - PFL /RJ	Dispensa, do pagamento de passagens de transportes interestadual, para mulheres grávidas, nas condições em que estabelece."	CVT: Aguardando Designação de Relator

PL- 6252/2002	Carlos Nader/RJ	Autoriza o Poder Executivo a criar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.	CSSF: Pronta para Pauta.
PL- 2855/1997	Confúcio Moura - PMDB /RO	Dispõe sobre a utilização de técnicas de reprodução humana assistida e dá outras providências	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 3751/2004	Coronel Alves - PL /AP	Dá nova redação aos art. 215, 216 e 219 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal.	CCP: Aguardando Recebimento; CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 3750/2004	Coronel Alves - PL /AP	Dá nova redação ao art. 123 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal.	CCJC: Tramitando em Conjunto
PL- 2158/2003	Coronel Alves - PL /AP	Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS - para Mulheres vítimas de violência e dá outras providências	CSSF: Pronta para Pauta.
PL- 2099/2003	Edson Ezequiel - PMDB/RJ	Modifica dispositivos do Código Penal, e dá outras providências".	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 1135/1991	Eduardo Jorge - PT/SP	Suprime o artigo 124 do Código Penal Brasileiro	CSSF: Aguardando Parecer.
PL-20/1991	Eduardo Jorge - PT /SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde.	PLEN: Aguardando Deliberação de Recurso
PL- 3132/2004	Eduardo Valverde - PT/RO	Altera o artigo 455 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	CTASP: Aguardando Parecer
PL- 205/2003	Enio Bacci - PDT /RS	Determina o custeio pelo Sistema Único de Saúde - SUS, do tratamento psicológico a vítimas de violência, com atendimento preferencial a crianças e mulheres, e dá outras providências.	MESA: Arquivada.
PL- 3069/2004	Geraldo Resende - PPS/MS	Dispõe sobre atendimento diferenciado à mulher chefe de família nos programas habitacionais populares, e dá outras providências.	CDU: Aguardando Parecer.

PL- 2887/2000	João Paulo - PT /SP	Altera as Leis nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelecendo o voto em listas ordenadas de candidatos nas eleições proporcionais.	CCJC: Aguardando Designação de Relator.
PL- 6432/2002	José Carlos Coutinho - PFL /RJ	Modifica a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	CSSF: Tramitando em Conjunto.
PL- 6728/2002	José Carlos Coutinho - PFL /RJ	Dispõe sobre a concessão de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União, preferencialmente à mulher.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 2984/2004	José Divino - PMDB /RJ	Acrescenta inciso ao art. 373 - A da Consolidação das Leis do Trabalho.	CSSF: Pronta para Pauta.
PL- 1026/1995	Jose Fortunati - PT/RS	DEFINE COMO CRIME A PRÁTICA DE ATOS RESULTANTES DE PRECONCEITOS DE ORIGEM, RAÇA, SEXO, COR, IDADE OU QUAISQUER FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 511/1995	Jose Fortunati - PT/RS	Dispõe sobre a realização de inspeções pessoais nos trabalhadores	CCJC: Aguardando Designação de Relator.
PL- 4843/2001	Luiz Alberto - PT /BA	Altera a redação do parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 - Código Penal.	CCJC: Aguardando Parecer
PL- 4842/2001	Luiz Alberto - PT /BA	Acrescenta artigo à lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia religião ou procedência nacional, instituindo a responsabilidade penal de pessoas jurídicas cujos funcionários realizem práticas de racismo	CCJC: Tramitando em Conjunto
PL- 4796/1990	LYSANEAS MACIEL - PDT /RJ	Dispõe sobre o trabalho noturno e dá outras providências	PLEN: Pronta para Pauta

PL- 2073/1999	Marcos de Jesus - PTB/PE	Dispõe sobre a reserva de imóveis, construídos por programas habitacionais, à mulher sustentáculo de família e dá outras providências.	CCJC: Pronta para Pauta
PL- 2857/1989	MATHEUS IENSEN - PMDB /PR	Assegura prioridade de atendimento em instalações financeiras a idosos, mulheres grávidas e deficientes físicos	PLEN: Pronta para Pauta
PL- 151/2003	Maurício Rabelo - PL/TO	Dispõe sobre a assistência integral à mulher grávida vítima de estupro	CSSF: Pronta para Pauta
PL- 2845/2003	Nelson Pellegrino - PT/BA	Estabelece normas para a organização e a manutenção de políticas públicas específicas de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças, institui o Sistema Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos e dispõe sobre a regulamentação de seus aspectos civis.	CTASP: Aguardando Parecer.
PL- 4571/2001	Oliveira Filho - PL /PR	Obriga as fábricas de peças íntimas femininas e masculinas a colocarem etiquetas alertando para os perigos das doenças mais comuns nos homens e mulheres como o câncer de próstata, colo e de mama.	CCJC: Tramitando em Conjunto
PL- 6090/2002	Orlando Fantazzini/SP	Veda a exposição de mulheres nuas ou em trajes sumários em material de divulgação turística.	CCJC: Pronta para Pauta
PL- 4649/2001	Paulo Baltazar - PSB/RJ	Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições	CCJC: Tramitando em Conjunto
PL- 3198/2000	Paulo Paim - PT /RS	Institui o Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor, e dá outras providências	PLEN: Tramitando em Conjunto

PL- 2360/2000	Paulo Paim - PT /RS	Acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à licença e ao salário-maternidade por motivo de adoção de menor.	CSSF: Tramitando em Conjunto
PL- 4653/1994	Paulo Paim - PT /RS	Dispõe sobre a jornada de trabalho de 40 horas semanais	CTASP: Aguardando Parecer
PL-27/1999	Paulo Rocha - PT /PA	Acrescenta art. à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, instituindo a responsabilidade penal de pessoas jurídicas cujos funcionários realizem práticas de racismo.	CCJC: Pronta para Pauta.
PL- 3216/2000	Pompeo de Mattos - PDT /RS	Dispõe sobre a concessão da licença-maternidade para mães adotivas e dá outras providências	CSSF: Tramitando em Conjunto.
PL- 2488/2000	Pompeo de Mattos - PDT/RS	Dispõe sobre a reserva de recursos públicos, destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL- 2852/2000	Professor Luizinho - PT/SP	Dispõe sobre a concessão de licença especial para gestante em situação de risco e dá outras providências	CCJC: Aguardando Designação de Relator.
PL- 1399/2003	Renato Cozzolino - PSC/RJ	Dispõe sobre o Estatuto da Mulher e dá outras providências	PL139903: Aguardando Parecer.
PL- 1542/1991	Ricardo Izar - PL /SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de prevenção do câncer ginecológico para as funcionárias públicas federais Nova Ementa do Substitutivo: Dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica.	CCJC: Pronta para Pauta.

PL- 2452/2003	Rogério Silva - PPS/MT	Acrescenta incisos IX e X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre faltas justificadas de pais para acompanhamento de consultas médicas.	CSSF: Tramitando em Conjunto
PL- 3525/2004	<u>Ronaldo</u> <u>Vasconcellos</u> - PTB/MG	Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS - nos casos que menciona e dá outras providências	CSSF: Tramitando em Conjunto
PL- 922/1999	Rubens Bueno - PTB/PR	Dispõe sobre a promoção de apoio à agricultura familiar	MESA: Aguardando Deliberação de Recurso
PL- 438/1999	Rubens Bueno - PTB/PR	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos	CCJC: Pronta para Pauta.
PL- 3098/2004	Sandro Mabel - PL /GO	Acrescenta parágrafo único ao art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a livre estipulação das relações contratuais de trabalho.	CTASP: Aguardando Parecer
PL- 3115/2004	Vicentinho - PT /SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de instalações sanitárias na proporção de duas unidades de uso feminino para cada unidade de uso masculino nas edificações públicas e privadas do País com área construída superior a quinhentos metros quadrados	CSSF: Pronta para Pauta
PL- 4841/2001	Wigberto Tartuce - PPB /DF	Institui a Semana Nacional da Mulher	CCJC: Tramitando em Conjunto
PL- 2929/1997	Wigberto Tartuce - PPB /DF	Permite às mulheres estupradas por parentes a interrupção da gravidez	CSSF: Tramitando em Conjunto.
PL- 1609/1996	Poder Executivo	Altera a Seção do I do Capítulo VI do Título I da Parte Especial do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940	CCJC: Aguardando Parecer
PL- 2686/1996	Poder Executivo	Regulamenta o § 3º do art. 226 da Constituição, dispõe sobre o Estatuto da União Estável, e dá outras providências.	MESA: Arquivada

PL- 1184/2003	Senado Federal	Definindo normas para realização de inseminação artificial e fertilização "in vitro"; proibindo a gestação de substituição (barriga de aluguel) e os experimentos de clonagem radical	Dispõe sobre a Reprodução Assistida
PL- 7072/2002	Senado Federal	Dispõe sobre a concessão de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União, preferencialmente à mulher	CCJC: Pronta para Pauta
PL- 1965/1999	Senado Federal - Luzia Toledo - PSDB /ES	Acrescenta artigo ao Código de Processo Penal, determinando os casos de segredo de justiça	PLEN: Pronta para Pauta.
PL- 3984/2000	Senado Federal - Luzia Toledo - PSDB /ES	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências	CCJC: Aguardando Devolução - Saída de Membro da Comissão
PL- 2291/2000	Senado Federal - Luzia Toledo - PSDB /ES	Altera dispositivo da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da concessão de salário-maternidade e dá outras providências	CSSF: Aguardando Designação de Relator
PRC- 178/2001	Iara Bernardi - PT /SP	Cria o "Prêmio Bertha Lutz de iniciativa parlamentar	MESA: Aguardando Parecer
PEC- 385/2001	Luci Choinacki - PT/SC	Institui benefício assistencial para as donas de casa, e dá outras providências	CCJC: Pronta para Pauta
PLP- 186/2001	Luci Choinacki - PT/SC	Cria o Seguro de Renda Agrícola para os trabalhadores assentados, e pequenos e médios agricultores, e institui o Fundo de Estabilização do Seguro de Renda Agrícola.	MESA: Arquivada
PEC- 557/1997	Marinha Raupp - PSDB/RO	ACRESCENTA INCISO AO ARTIGO 93, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.	CCJC: Tramitando em Conjunto
PEC- 510/1997	Feu Rosa - PSDB /ES	Acrescenta parágrafo ao art. 92 da Constituição Federal	CCJC: Pronta para Pauta
PEC- 509/1997	Feu Rosa - PSDB /ES	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	CCJC: Pronta para Pauta

PLP- 162/2000	Gessivaldo Isaias - PMDB /PI	Regulamenta o inciso I do art. 7º da Constituição Federal, fixando em 12 (doze) meses a estabilidade da empregada gestante	PLEN: Tramitando em Conjunto
PDC- 737/1998	Severino Cavalcanti - PPB/PE	Susta a aplicação de Norma Técnica expedida pelo Ministério da Saúde	MESA: Aguardando Deliberação de Recurso
PEC- 620/1998	Vic Pires Franco - PFL/PA	Acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal	CCJC: Tramitando em Conjunto
PEC- 602/1998	Senado Federal - ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - PFL/BA	Altera os parágrafos do art. 143 da Constituição Federal	MESA: Aguardando constituição de Comissão Temporária
PEC- 47/2003		Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social	CCJC: Aguardando Designação de Relator
PLP- 275/2001	Senado Federal - ROMEU TUMA - PFL/SP	Atualiza a ementa e altera o art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial	PLEN: Pronta para Pauta

CONCLUSÃO

Durante esses doze meses de trabalho cuidadoso e de conscientização, a Comissão organizou uma série de atividades de largo alcance, com a participação do público externo e interno, principalmente adulto, destacando-se, entre eles, Encontros, Videoconferências, Debates com Universidades, Exposições. Entretanto, deixou de realizar outras atividades previstas, mas de igual importância, tendo em vista dificuldades de cunho técnico, financeiro, temporal, ou, ainda, porque esbarraram, em alguns casos, nos óbices da lei – que impediam a parceria público-e-privada.

Nesse contexto, vale ressaltar algumas propostas que ficaram pendentes, mas que poderão ser objeto de continuidade no ano de 2005, pelo que representam em termos de divulgação. O envolvimento das escolas foi um dos importantes projetos. A nota explicativa que segue, esclarece ponto por ponto o porquê da necessidade de incluir o sistema educacional neste processo.

Refletindo sobre os fins culturais, éticos e formativos que a educação deve empreender, a Comissão propôs uma aproximação com as escolas de ensino fundamental e médio, de maneira a atingir o público jovem, em plena formação e em fase de construção de opinião e de compreensão da cidadania. Pelo Projeto Ano da Mulher nas Escolas, o universo da história da mulher brasileira pode ser desvendado e com ele a riqueza da história do Brasil. Aos milhares, ou milhões, de estudantes do País podem ser apresentados estudos e fatos, ainda pouco conhecidos, sobre mulheres formadoras das etnias que compõem o nosso povo e que contribuíram para a construção de nossa identidade cultural. Podem ser resgatadas de nossa memória histórica aquelas mulheres que se destacaram na luta pela melhoria de vida do povo brasileiro; aquelas que participaram das decisões em setores vitais de nossa Nação.

A intenção do Projeto é oferecer às escolas e aos jovens brasileiros, através de distribuição de cartazes (layout pronto), uma base para gerar as ferramentas necessárias à apropriação do conhecimento histórico sob o prisma de gênero, com vistas a consolidar valores éticos e atitudes socialmente responsáveis.

Dentro desse mesmo sentimento de divulgação da luta da mulher pela ocupação de espaço no sistema social do País, a Comissão propôs outras atividades tais como a realização de uma Mostra de Cinema, com destaque para produtoras

femininas, a edição de um DVD, de um livro ilustrado e de um CD intitulados *Elas por Elas*. Propôs também a realização de uma Exposição de Quadros e Fotografias e gravação de um CD Duplo.

DIAGNÓSTICO DA CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Como relatora da Comissão, tive a preocupação de agregar ao relatório de atividades indicativos técnicos que pontuassem o quanto ainda é necessário avançar. A leitura do texto *Diagnóstico da Condição da Mulher na Sociedade Brasileira*, parte de uma abordagem da origem dos males da discriminação e da violência, fornecendo e analisando os números relativos à atuação da mulher nas responsabilidades da vida familiar, na participação no mercado de trabalho e no desenvolvimento educacional; bem como, dados e aspectos da violência contra a mulher, principalmente, a doméstica, a mais freqüente no Brasil. Destacaremos, também, com números e estatísticas a atuação feminina na política brasileira.

1 A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA: MALES DE ORIGEM

As mulheres brasileiras partilham uma mesma raiz para os diversos problemas de discriminação que enfrentam, na medida em que sua pátria tem a origem de colônias produtoras de mercadorias de exportação.

O Brasil foi concebido, em suas origens, para funcionar como uma máquina de gerar lucros, sem a presença de valores morais de outra ordem que pudessem rivalizar com as motivações ligadas à produção das mercadorias coloniais. Não é a toa que sociedades como Brasil e Argentina foram batizadas em razão da principal mercadoria que delas se extraía. A presença de agentes portadores de ideais, que pudessem influenciar efetivamente sobre as motivações das condutas da média das pessoas que participaram da construção dos alicerces brasileiros foi,

estatisticamente falando, insignificante. As consequências disso foram tão graves e extensas, que exercem forte influência, até hoje, sobre a sociedade brasileira.

Basicamente, no seio da própria cultura, não se instalou a idéia de que todos os seres humanos têm os mesmos direitos fundamentais. Em seu lugar, veio, para ficar até hoje, um complexo sistema simbólico de preconceitos e de reconhecimentos parciais, que, em muitos casos, não cumpre bem a tarefa elementar de estabelecer, de pronto e de modo inequívoco, o real valor dos seres humanos. É nesse cenário que se localiza a origem dos males que hoje afetam as mulheres deste País.

Na Europa, na Ásia, na América do Norte e na África, quando há discriminação, ela costuma ter fundamentos racionais em discursos teológicos, metafísicos, morais e até mesmo supostamente científicos. O problema brasileiro é mais dramático e mais agudo, como mostram as estatísticas. Entretanto, também permite que se tenha mais esperança em sua solução, dado que suas bases consistem, antes de tudo, em carências (de educação, de moralização, talvez também de religião) que podem ser supridas. Já em outros quadrantes do planeta, a solução parece ser mais enigmática, dado que é a própria cultura intelectual (e não a falta dela) que parece afirmar o caráter correto e moralmente devido da discriminação.

Nos séculos XIX e XX importantes mudanças acontecem. A principal delas resulta do aumento da instrução pública e, com ele, a presença efetiva, com relevância sociológica, de crenças e valores com a marca da universalidade ética, que transcende a particularidade biológica do gênero. Iniciada no século XIX e acentuada a partir dos anos trinta do século passado, a modernização da sociedade brasileira se prolonga até hoje, e seu traço típico é o da mistura, contraditória e violenta, de valores modernos e pós-modernos, por um lado, com a herança da condição colonial, por outro. Esse estado de coisas aponta para o caráter hercúleo da tarefa, ao mesmo tempo em que, pelas razões já expostas, gera esperanças na resolução dos dramas sociais de gênero de nosso país.

Passemos, agora, à observação dos mais importantes números agregados acerca da condição feminina no Brasil.

2 NÚMEROS GERAIS SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL

1 - Domicílios, em números absolutos e relativos, por sexo do responsável - 1991

Domicílios, por sexo do responsável				
Absoluto		Relativo (%)		
Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
34 734 715	28 440 447	6 294 268	81,9	18,1

Domicílios, em números absolutos e relativos, por sexo do responsável - 2000

Domicílios, por sexo do responsável			Relativo (%)	
A absoluto	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
44 785 101	33 634 466	11 160 635	75,1	24,9

A tabela 1 mostra, de modo claro, o grande processo de transferência de responsabilidades pela condução da vida familiar que vem ocorrendo em nosso país nos últimos vinte ou trinta anos. As mulheres tomaram aos homens a chefia de cerca de 6% do total de domicílios do país, e isso em um período em que o número absoluto de domicílios aumentava em mais de dez milhões.

2 - Mulheres de 15 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, total e sua respectiva distribuição percentual, por grupos de idade - 1991

6 290 989 0,7 3,2 5,9 8,3 9,7 10,3 9,8 9,9 9,7 9,7 22,7
 Mulheres de 15 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, total e sua respectiva distribuição percentual, por grupos de idade - 2000

Mulheres de 15 anos ou mais de idade													
Total	Grupos de idade (%)												
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos e mais		
11 033	157	0,8	3,7	6,2	8,4	10,4	11,2	10,7	9,8	8,6	8,4	21,8	

A tabela 2 mostra-nos em detalhes a composição do grupo de mulheres que vem aumentando suas responsabilidades nos domicílios brasileiros. Observe-se que o número de mulheres responsáveis cresce constantemente, entre 1991 e 2000, em todas as faixas etárias até os 50 anos, com especial intensidade entre os 35 e os 49 anos. São essas últimas as mulheres que vêm liderando o processo mencionado na tabela 1. Também é digno de nota o fato de que a responsabilidade por domicílios caiu, entre 1991 e 2000, para as mulheres com mais de 50 anos, e que tais responsabilidades foram justamente assumidas pelas mulheres mais jovens (entre 15 e 49 anos). Se pensarmos que esse processo ocorre em uma época de mudanças importantes na visão de mundo das brasileiras, e que a nova cosmovisão haverá de assumida, principalmente, pelas mais jovens, veremos que os processos de mudança ora em curso estão longe de ter encontrado seu termo.

3 - Pessoas responsáveis pelos domicílios, por média de anos de estudo - 1991

Total	Sexo	
	Homens	Mulheres
4,8	4,9	4,4

Pessoas responsáveis pelos domicílios, por média de anos de estudo - 2000

Total	Sexo	
	Homens	Mulheres
5,7	5,7	5,6

A tabela 3 mostra, de modo muito claro, a disparidade entre os progressos educacionais femininos e os masculinos. No período 1991-2000, enquanto os homens aumentavam em 0,8 anos seu tempo médio de escolaridade, as mulheres acresciam 1,2 anos à sua permanência média na escola. Isso ajuda também a entender onde as mulheres estão buscando elementos para a assunção de maiores responsabilidades nos lares e na sociedade brasileiros, tal como mostrado pelas tabelas 1 e 2.

4 - Crianças de 0 a 6 anos de idade, total e as que residem em domicílios com responsáveis mulheres - 1991

Crianças de 0 a 6 anos de idade

Total	Em domicílios com responsáveis mulheres	
	Total	Percentual (%)
23 211 368	2 426 245	10,5

Crianças de 0 a 6 anos de idade, total e as que residem em domicílios com responsáveis mulheres - 2000

Crianças de 0 a 6 anos de idade

Total	Em domicílios com responsáveis mulheres	
	Total	Percentual (%)
22 923 228	4 089 701	17,8

A tabela 4 mostra como, em meros 10 anos, quase dobrou o número de crianças pequenas, em idade de formação dos elementos básicos da personalidade, que vêm em mulheres a figura de chefe e responsável pela família. Os efeitos que se pode esperar de tal configuração sociológica são significativos, apontando, de uma forma geral, para a dissolução progressiva da visão da mulher como socialmente inferior ao homem. A personalidade de tais crianças tende a conter emoções de respeito e gratidão em lugar de emoções de desprezo ou comiseração, e tais emoções tendem a transferir-se para o adulto.

5 - Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres, total e as que residem em domicílios com mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos - 1991

Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres

Total	Em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos	Percentual (%)
2 426 245	1 730 751	71,3

Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres, total e as que residem em domicílios com mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos - 2000

Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres

Total	Em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos	Percentual (%)
4 089 701	2 325 955	56,9

A tabela 5 mostra que, em 1991, a grande maioria das crianças que residiam em domicílios chefiados por mulheres era extremamente pobre. Em 2000, 14,4 dessas crianças havia migrado para condições melhores de moradia, muito provavelmente em razão do incremento na renda das mulheres, o que, por sua vez, parece advir do aumento na escolaridade feminina. Poder-se-ia dizer que as mulheres tenderam, no período 1991-2000, a transferir para a formação das próximas gerações os resultados de seus progressos individuais.

6 - Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo

- 1991

Mulheres responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo (%)

Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 anos	5 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
31,5	18,1	19,2	7,0	8,0	10,7	5,5

Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo

- 2000

Mulheres responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo (%)

Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 anos	5 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
19,4	18,2	17,0	11,1	11,3	15,7	7,0

1 - Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo, segundo o sexo e os grupos de idade - 1991/2000

Sexo e grupos de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por classes de anos de estudo (%)						
	Sem Instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 anos	5 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
1991							
Total	24,4	19,0	21,0	9,2	8,9	10,7	5,7
10 a 14 anos	26,6	27,5	19,2	20,9	5,8	-	-
15 a 19 anos	17,2	17,4	16,3	28,5	14,3	6,2	-
20 a 24 anos	15,1	14,6	15,7	24,0	17,0	12,1	1,6
25 a 29 anos	13,7	14,2	15,9	18,2	16,6	16,6	4,7
30 a 39 anos	14,9	16,3	21,4	11,3	12,8	15,5	7,7
40 a 49 anos	22,6	20,9	24,0	6,6	8,2	10,0	7,7
50 a 59 anos	30,5	23,5	24,0	4,2	6,0	6,7	5,1
60 a 69 anos	40,3	22,8	21,1	2,8	4,6	4,9	3,5
70 anos e mais	52,5	19,0	16,8	1,9	3,8	3,6	2,5
Homens	22,9	19,2	21,4	9,7	10,3	10,7	5,7
10 a 14 anos	27,0	27,6	19,6	19,8	5,9	-	-
15 a 19 anos	18,4	18,2	16,8	28,5	13,2	4,8	-
20 a 24 anos	15,6	14,9	16,1	24,3	16,8	10,9	1,3
25 a 29 anos	14,0	14,4	16,3	18,4	16,7	16,0	4,2
30 a 39 anos	15,0	16,5	21,8	11,3	12,9	15,1	7,4
40 a 49 anos	22,3	21,2	24,5	6,6	8,2	9,6	7,7
50 a 59 anos	29,2	24,0	24,6	4,2	6,0	6,7	5,3
60 a 69 anos	38,5	23,6	21,6	2,8	4,7	4,8	4,1
70 anos e mais	50,7	20,3	16,9	1,8	3,9	3,1	3,2
Mulheres	31,5	18,1	19,2	7,0	8,0	10,7	5,5
10 a 14 anos	25,0	27,0	17,9	24,8	5,3	-	-
15 a 19 anos	11,8	13,5	13,9	28,6	19,6	12,6	-
20 a 24 anos	10,7	11,1	12,0	21,6	18,1	22,3	4,3
25 a 29 anos	10,6	12,0	12,9	17,0	16,0	22,6	9,0
30 a 39 anos	14,4	14,7	18,6	11,5	12,3	18,4	10,1
40 a 49 anos	24,4	19,4	21,6	7,0	8,0	11,6	8,0
50 a 59 anos	35,0	21,8	22,0	4,2	5,8	7,1	4,1
60 a 69 anos	44,6	20,7	19,9	2,8	4,6	5,1	2,2
70 anos e mais	55,5	16,6	16,6	1,9	3,8	4,4	1,2
2000							
Total	16,2	18,5	17,9	12,8	12,7	15,1	6,5
10 a 14 anos	16,9	32,5	18,0	26,9	5,4	0,0	0,0
15 a 19 anos	7,1	15,1	11,9	30,5	23,3	11,7	0,0
20 a 24 anos	7,2	14,2	12,2	24,9	20,2	18,9	2,1
25 a 29 anos	7,3	13,7	13,1	21,9	18,5	20,4	4,9
30 a 39 anos	8,5	14,6	14,4	17,7	16,9	20,3	7,3
40 a 49 anos	11,6	17,4	20,0	11,8	13,1	17,1	8,9
50 a 59 anos	20,1	22,8	22,2	7,5	8,5	11,0	7,7
60 a 69 anos	29,8	25,6	21,8	5,0	5,9	7,2	4,7
70 anos e mais	41,3	23,4	18,8	3,1	4,8	5,3	3,3
Homens	15,1	18,6	18,2	13,4	13,2	15,0	6,4
10 a 14 anos	17,6	33,8	18,6	24,6	5,0	0,0	0,0
15 a 19 anos	8,4	16,7	12,6	30,8	21,8	9,4	0,0
20 a 24 anos	8,0	15,2	12,9	25,3	19,9	16,8	1,8
25 a 29 anos	7,8	14,3	13,7	22,1	18,4	19,2	4,1
30 a 39 anos	9,0	15,0	14,8	17,7	17,0	19,6	6,7
40 a 49 anos	11,7	17,7	20,6	11,7	13,1	16,4	8,5
50 a 59 anos	19,5	23,0	23,0	7,4	8,6	10,6	7,9
60 a 69 anos	28,1	26,0	22,3	4,9	6,0	7,2	5,3
70 anos e mais	40,2	24,3	18,5	3,1	4,7	5,0	4,1
Mulheres	19,4	18,2	17,0	11,1	11,3	15,7	7,0
10 a 14 anos	15,0	29,2	16,5	32,5	6,6	0,0	0,0
15 a 19 anos	3,7	10,9	9,8	29,8	27,4	18,1	0,0
20 a 24 anos	3,7	9,7	9,0	22,6	21,5	28,7	4,6
25 a 29 anos	4,2	10,2	10,0	20,8	18,8	26,8	9,0
30 a 39 anos	6,4	12,6	12,6	17,7	16,8	23,7	9,8
40 a 49 anos	11,0	16,2	17,9	12,4	13,0	19,2	10,1
50 a 59 anos	21,8	22,4	20,2	7,7	8,3	11,9	7,5
60 a 69 anos	32,8	25,0	20,6	5,0	5,7	7,1	3,6
70 anos e mais	42,8	22,1	19,1	3,1	5,0	5,8	2,1

As tabelas 6 e 7 deixam clara uma das correlações estatísticas mais auspiciosas para nossa sociedade: a assunção de maiores responsabilidades pela condução da vida da família cresce em relação direta com o aumento da escolaridade. Entre 1991 e 2000 (tabela 6), o que ocorreu foi que a responsabilidade feminina pelas crianças de 0 a 6 anos foi progressivamente assumida pelas mulheres com maior escolaridade, que retiraram tais responsabilidades das mãos daquelas com pouquíssima ou nenhuma instrução (única faixa que declinou, e de modo acentuado: 12,1 pontos percentuais). Em todas as outras faixas, a responsabilização cresce, consistentemente, com o aumento do número de anos de estudo, sendo que o maior salto ocorre com as mulheres que estudaram entre 11 e 14 anos: 5 pontos percentuais. São as que assumiram o maior volume de responsabilidades. Na tabela 7 pode-se observar como o movimento descrito anteriormente também é compatível com a condição masculina: a escolarização vem sendo cada vez mais associada à assunção de responsabilidades na chefia de domicílios. Entre 1991 e 2000, os homens mais escolarizados tenderam, igualmente, a desonerar os menos escolarizados de suas obrigações de chefia de família. Tudo isso parece importar para o caráter decisivo da variável “escolarização” entre nós. Direta ou indiretamente, nada parece transformar tanto a vida dos brasileiros e das brasileiras.

8 - Proporção da população residente de 10 anos ou mais de idade, por alfabetização e sexo - 1991

População residente de 10 anos ou mais de idade, por alfabetização e sexo (%)

Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
80,3	80,0	80,6	19,7	20,0	19,4
Proporção da população residente de 10 anos ou mais de idade, por alfabetização e sexo - 2000					
População residente de 10 anos ou mais de idade, por alfabetização e sexo (%)					
Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
87,2	86,8	87,5	12,6	13,2	12,5

9 - Proporção das pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por alfabetização e sexo - 1991

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por alfabetização e sexo (%)

Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
76,2	77,9	68,7	23,8	22,1	31,3
Proporção das pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, por alfabetização e sexo - 2000					
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por alfabetização e sexo (%)					
Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
82,8	83,9	79,5	17,2	16,1	20,5

As tabelas 8 e 9 reforçam a correlação positiva entre escolarização e responsabilidade, permitindo também que se estabeleça com maior precisão o significado do fator de gênero. Se a escolarização vem sendo o mais importante fator dinâmico da assunção de responsabilidades (e a falta dela, o mais importante fator de desoneração das mesmas), observe-se que a velocidade de tal processo não é tão rápida entre os homens quanto é entre as mulheres. Os homens responsáveis analfabetos

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

3- MULHER, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Nos últimos vinte e cinco anos, chama a atenção o dinamismo das mulheres no mercado de trabalho, ao passo que o grupo masculino mostra certa estagnação. Entre 1976 e 2002, as mulheres ocupadas passaram de 28% para cerca de 50% da população feminina, enquanto os homens mantiveram a mesma taxa histórica de ocupação, a saber, de cerca de 75% da população masculina. Em termos absolutos, a participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA, na tabela abaixo) passou de 29%, em 1976, para 43%, em 2002. Deve-se ter em mente que, em 1976, o IBGE não utilizava o conceito de trabalho ampliado (que inclui atividades na economia informal e o trabalho doméstico), que foi adotado a partir de 1992. Essa metodologia favorece a apreciação estatística da população feminina. Observe-se, na tabela que se segue, como a proporção de mulheres empregadas (formalmente) não varia tanto quanto a de mulheres "ocupadas". Ou seja, no que toca à situação formal, a condição feminina atual não é tão diferente da de 1976. As principais diferenças, como já vimos e veremos novamente, devem-se ao fator educação. E, ainda assim, com a característica típica de os ganhos educacionais das mulheres não se refletirem tão rápida e diretamente sobre sua sorte no mercado de trabalho quanto os progressos educacionais masculinos.

• Tabela 10

Homens e mulheres no mercado de trabalho: Indicadores de participação econômica
Brasil

Anos	Mulheres					
	PEA		Porcentagem de mulheres na PEA	(Milhões)	Ocupadas	Empregadas *
	(Milhões)	Taxa de atividade				
1976	11,4	28,8	28,8	11,2	7,3	30,3
1981	14,8	32,9	31,3	14,1	9,4	32,2
1983	16,8	35,6	33,0	16,0	10,5	33,4
1985	18,4	36,9	33,5	17,8	11,8	34,4
1990	22,9	39,2	35,5	22,1	14,7	36,7
1993	28	47	39,6	25,9	11,1	31,8
1995	30	48,1	40,4	27,8	11,6	32,6
1997	30,4	47,2	40,4	27,3	11,9	33,1
1998	31,3	47,5	40,7	27,6	12,5	33,9
2002	36,5	50,3	42,5	32,3	15,2	35,8

Fonte: FIBGE/PNADs-Microdados

Anos	Homens					
	PEA		Porcentagem de homens na PEA	(Milhões)	Ocupados	Empregados *
	(Milhões)	Taxa de atividade				
1976	28,2	73,6	71,2	27,8	16,7	69,7
1981	32,6	74,6	68,7	31,2	19,8	67,8
1983	34,6	74,8	67,0	32,4	21,0	66,6
1985	36,6	76	66,5	35,4	22,5	65,2
1990	41,6	75,3	64,5	40	25,4	63,3
1993	42,8	76	60,4	40,5	23,8	68,2
1995	44,2	75,3	59,6	41,9	24	67,4
1997	44,8	73,9	59,6	41,9	24,2	66,8
1998	45,6	73,6	59,3	42,3	24,2	66,1
2002	49,5	73,2	57,6	45,9	27,2	64,2

Fonte: FIBGE/PNADs-Microdados

obs: para maiores explicações sobre os conceitos PEA e Ocupados, veja **Notas metodológicas**
 * exclusive empregados domésticos

A tabela seguinte revela o interesse pela formação pessoal. Observa-se que, entre 1999 e 2002, um período bastante curto, os números femininos alteraram-se um pouco mais rapidamente do que os masculinos, reforçando a tese, que já tínhamos observado nas tabelas nº 6, 7 e 8, segundo a qual a população feminina passa por significativo processo de educação, ao passo que a masculina progride em ritmo mais lento.

Tabela 11

Distribuição do nível de instrução das pessoas de 10 anos e mais
Brasil 1999 - 2002

Nível de instrução	1999				2002			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
s/instrução e menos de 1 ano	8540987	13,6	8882111	13,2	8118495	12,0	8509857	
de 1 a 4 anos de estudo	21677299	34,4	21547950	32,1	20713545	30,6	20699240	
de 5 a 8 anos de estudo	17904695	26,4	18492870	27,6	19408563	28,7	20175835	
de 9 a 11 anos de estudo	10317438	16,4	12789672	19,1	13828939	20,4	16369271	
12 anos de estudo e mais	4275768	6,8	5056635	7,5	5192196	7,7	6460084	
não determinado/sem declaração	303546	0,5	306819	0,5	414195	0,6	448324	
Total	63019733	100,0	67076057	100,0	67675933	100,0	72662611	

Fonte: FIBGE/PNADs - microdados

As próximas tabelas mostram, em especial, que, se a população feminina ainda está em desvantagem ante a masculina, no que toca à escolarização elementar, a situação é a inversa no que concerne à escolarização avançada. Ou seja: as mulheres tendem a permanecer na escola por mais tempo do que os homens. Possivelmente, isso se deve à atribuição, por elas, de um maior valor, do ponto de vista pessoal, à educação, bem como ao fato de a educação da mulher trabalhadora não ter o mesmo reconhecimento que a do homem, o que possivelmente obriga as mulheres a estudarem mais, de modo a compensar o preconceito.

Tabela 12

Proporção de homens e mulheres de 10 anos e mais segundo nível de instrução
Brasil 1999 - 2002

Nível de instrução	1999			2002		
	Total	Proporção de mulheres	Proporção de homens	Total	Proporção de mulheres	Proporção de homens
		%	%		%	%
s/instrução e menos de 1 ano	NA	51,0	49,0	NA	51,2	48,8
de 1 a 4 anos de estudo	17423098	49,9	50,1	16628352	50,0	50,0
de 5 a 8 anos de estudo	43225249	50,8	49,2	41412785	51,0	49,0
de 9 a 11 anos de estudo	36397565	55,3	44,7	39584398	54,2	45,8
de 12 anos de estudo e mais	23107110	54,2	45,8	30198210	55,4	44,6
não determinado/sem declaração	9332403	—	—	11652280	—	—
Total	610365	—	—	862519	—	—
	130095790	51,6	48,4	140338544	51,8	48,2

Fonte: FIBGE/PNADs - microdados

Tabela 13

Taxas de atividade por sexo e anos de estudo

Brasil

Anos de estudo	1976		1980		1981		1983		1985		1990	
	Homens	Mulheres										
Sem instrução/- de 1 ano	76,4	24,2	72,8	18,3	73,5	24,9	72,9	28,7	74,4	28,6	72,7	28
1 a 4 Anos	72,2	25,8	72,1	23,3	72,9	29,1	72,3	31,4	72,3	31,7	69,8	32,4
5 a 8 Anos	69,8	29,7	69,6	30,2	73,8	33,8	74,9	34,4	77	36,5	77,8	39,2
9 Anos e mais	79,6	54,1	82,5	57,1	84,2	58,6	85,8	60,2	87,5	62	87,5	63,9
Total (%)	73,6	28,8	72,4	26,6	74,6	32,9	74,8	35,5	76	36,9	75,3	39,2

FONTE:IBGE

1976 PNAD tab 11

1980 Censo

1981/1983/1985/1990 PNAD tab 3.2

Anos de Estudo	1983		1985		1987		1989		2002	
	Homens	Mulheres								
Sem instrução/- de 1 ano	74,4	40,2	73,5	40,2	71,3	37,4	72,4	36,6	69,8	36,5
1 a 3 anos	65,9	38,5	65,6	39	63,6	37,2	63,2	36,7	62,4	37,3
4 a 7 anos	75,5	43,4	73,9	44	71,5	41,4	70,1	41,8	67,1	41,6
8 a 10 anos	84,0	51,4	82,5	52,8	81,2	52,1	80	52,1	78,6	53,5
11 a 14 anos	89,5	68,2	88,6	69	88,2	69,4	86,5	69,6	88,2	71,2
15 anos ou mais	91,3	81,4	90,6	82,3	90,8	81,9	90,2	81	89,8	82,6
Total (%)	76,0	47,0	75,3	48,1	73,9	47,2	71,2	47,5	73,2	50,3

FONTE:IBGE/PNADs - Microdados

Em síntese: no Brasil contemporâneo, as mulheres estudam mais, e têm esse esforço menos reconhecido do que os homens. Essa tendência (quanto ao reconhecimento) é particularmente marcada entre as mulheres menos escolarizadas, e vai dissolvendo-se na medida em que se acumulam os anos de estudo.

4- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Sociedade Mundial de Vítimologia, instituição sediada na Holanda, em pesquisa sobre a condição feminina em 54 países, concluiu que as mulheres brasileiras são as que mais sofrem com a violência no âmbito familiar: 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica no Brasil. Além disso, em cerca de 70% dos incidentes de violência contra a mulher, o agressor é o próprio marido ou o companheiro. Em mais de 40% dos incidentes, ocorrem lesões corporais graves. No entanto, apenas 2% das queixas referentes a esses crimes resultam em punições.

A gravidade da situação se confirma quando essas informações são cotejadas com os resultados de pesquisas realizadas por outras instituições voltadas para a defesa dos direitos da mulher. Levantamento realizado pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos constatou que 72% dos assassinatos de mulheres foram cometidos por homens que privavam de sua intimidade.

Pesquisa recentemente divulgada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostra que 53% das mulheres vítimas de agressões graves de origem sexual viviam com o agressor há mais de dez anos.

O que tais observações mostram, em síntese, é a associação entre violência, casa e casamento. Esta associação é, para dizer o mínimo, bizarra, mas se deixa compreender muito bem se levarmos em conta as considerações introdutórias deste documento, onde procurou-se demonstrar que a cultura brasileira caracteriza-se por certa incapacidade crônica, a saber, a de dotar os indivíduos dos necessários freios a determinados apetites, que, assim desabridos, não se detêm sequer em presença de pessoas com as quais se tenha muitas coisas em comum. Pensemos, por exemplo, não apenas na violência contra as mulheres, mas também entre homens jovens que se conhecem, como colegas de escola ou de vizinhança, e teremos a idéia da medida em que é fácil, com a formação cultural brasileira típica, não enxergar no próximo senão um meio para a consecução de fins, antes de um fim em si mesmo.

O TOQUE FEMININO NA POLÍTICA

1. INTRODUÇÃO

Foram identificadas cerca de 5.640 “iniciativas parlamentares” tomadas por representantes federais, do sexo feminino, no período compreendido entre 1984 e 2004. Uso a expressão iniciativa parlamentar em razão do fato de nem toda atividade dos legisladores, formalizada em termos regimentais, consistir em projetos de lei ou de emendas constitucionais. Incluem-se também iniciativas que não geram normas jurídicas, mas que caracterizam o desempenho de funções parlamentares. Assim, as atribuições de fiscalização dos Poderes Executivo e Judiciário encontram nos requerimentos e pedidos de esclarecimento seus instrumentos típicos; a forma “sugestão” aos mesmos poderes configura um instrumento que permite ao parlamentar, mesmo fora de suas competências formais, exercer suas atribuições substantivas, a saber, a de contribuir para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico.

Das cerca de 5.640 iniciativas parlamentares identificadas no período, este estudo abrange cerca de 2.000, regularmente distribuídas segundo as variáveis ano, casa legislativa e partido político, o que torna possível que se tome por seguras, para todo o universo pesquisado, as inferências que venham a ser feitas a partir desse seu segmento. Tão logo esteja terminado o trabalho de tabulação, este estudo será atualizado. Pode-se, entretanto, afirmar que as inferências que serão feitas a partir da massa de dados analisada muito dificilmente deixarão de corresponder à verdade da totalidade dos dados disponíveis, dados os cuidados na composição da amostra ora compulsada.

2. A REGULAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DO ESTADO

Em um campo, porém, a atividade feminina na política parece buscar “fazer a diferença”: nas iniciativas de regulação e de fiscalização do Estado. Na tabela a seguir, o primeiro instrumento serve para fiscalizar o Estado, enquanto os três seguintes são adequados à sua regulação:

Requerimento de Informações aos Poderes Executivo e Judiciário	63,83%
Projeto de Lei	14,77%
Indicação ao Poder Executivo	6,92%
Proposta de Emenda à Constituição	2,80%
Requerimento Interno ao Congresso Nacional	7,29%
Outros	4,39%

Pode-se observar que, quando dedicadas à Administração Pública, 63,83% das iniciativas femininas visam fiscalizar e dar transparência ao Estado, enquanto que 24,49% buscam o aperfeiçoamento (regulação) das instituições públicas.

Eis aí o que parece ser o traço mais marcante da atividade parlamentar federal feminina: como grupo social “novo” na política, as mulheres parecem reprovar o ambiente institucional que encontram, ao dedicarem 1/3 de todas as suas iniciativas à reorganização do mesmo. Aliás, além de novo, o grupo feminino costuma identificar o ambiente político-estatal como profundamente inquinado pelo modos de agir, sentir e pensar tipicamente masculinos. Assim, é mesmo possível que tal atividade reordenadora venha a funcionar como um pré-requisito para que a atividade parlamentar federal feminina porte mais nitidamente os traços culturais de seu gênero. Em síntese: os dados parecem indicar que a “sabedoria de gênero” tem recomendado às mulheres que organizem de outro modo o ambiente político-estatal. Essa, creio eu, é a grande “diferença” que a presença feminina tem feito.

3. DOS PARTIDOS

A tabela a seguir mostra a distribuição e a freqüência das iniciativas parlamentares, por partido político, no período estudado:

PC do B	8,24%
PDS	2,27%
PDT	10,14%
PFL	7,44%
PMDB	14,09%
PMDF	0,02%
PMN	0,12%
PP	0,22%
PPB	0,97%
PPR	0,42%
PPS	0,10%
PRN	0,72%
PRONA	0,10%
PRP	0,05%
PSB	2,80%
PSC	0,02%
PSD	0,05%
PSDB	13,41%
PSTU	0,10%
PT	34,87%
PTB	3,40%
PTR	0,35%
S/ PAR	0,05%
Total Global	100,00%

O PT, o PDT, o PC do B e o PSB, partidos à esquerda do espectro político, são responsáveis por 47,17% das iniciativas parlamentares tomadas por mulheres nos últimos vinte anos que foram transformadas em normas jurídicas. Quanto à aprovação de suas iniciativas dentro do Congresso Nacional, sua performance cai ligeiramente, ficando em 47,05% de aprovação congressual.

Se cotejarmos o partido político com o resultado de sua iniciativa, veremos que o PT tem sido o mais eficaz de todos:

Partido	Aprovada no Congresso Nacional		Rejeitada no Congresso Nacional		Retirada pela Autora do Tramitar		Transformada em Norma Jurídica	Total Global
	Arquivada	Aprovada	Arquivada	Aprovada	Retirada	Tramitar	Vetada	
PC do B	7,32%	7,30%	6,78%	4,23%	12,11%	7,55%	13,89%	8,50%
PDS	0,56%	3,37%	5,65%	0,00%	0,41%	1,89%	0,00%	2,34%
PDT	9,58%	14,09%	6,21%	7,04%	3,39%	5,66%	16,67%	10,30%
PFL	8,17%	5,87%	7,34%	4,23%	11,81%	5,66%	5,56%	7,60%
PMDB	10,70%	15,01%	12,99%	15,49%	13,35%	27,36%	11,11%	14,42%
PMN	0,28%	0,05%	0,00%	0,00%	0,31%	0,00%	0,00%	0,13%
PP	0,00%	0,28%	0,56%	1,41%	0,10%	0,00%	0,00%	0,23%
PPB	1,69%	1,15%	1,13%	0,00%	0,51%	0,94%	0,00%	1,00%
PPR	0,00%	0,74%	0,00%	0,00%	0,10%	0,00%	0,00%	0,44%
PPS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,41%	0,00%	0,00%	0,10%
PRN	4,79%	0,23%	1,13%	0,00%	0,10%	1,89%	0,00%	0,70%
PRONA	0,28%	0,14%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,10%
PRP	0,28%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%
PSB	0,85%	2,49%	1,69%	2,82%	4,31%	5,66%	5,56%	2,88%
PSC	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,03%
PSD	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,10%	0,00%	0,00%	0,05%
PSDB	15,77%	13,49%	17,51%	9,86%	12,73%	8,49%	8,33%	13,44%
PSTU	0,00%	0,14%	0,00%	0,00%	0,10%	0,00%	0,00%	0,10%
PT	29,30%	32,38%	35,03%	49,30%	37,58%	28,30%	30,56%	33,70%
PTB	9,86%	2,63%	3,39%	5,63%	2,36%	6,60%	8,33%	3,48%
PTR	0,00%	0,51%	0,56%	0,00%	0,21%	0,00%	0,00%	0,36%
S/ PAR	0,56%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%
Total Global	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Por outro lado, PSDB, PMDB, PFL e PTB foram os responsáveis por 50% de tudo o que foi transformado em norma jurídica, tendo partido de mulheres a iniciativa parlamentar, nos últimos vinte anos. No que concerne à eficácia no interior do Congresso, o desempenho deste grupo (acrescido do PDS, do PRN e do PPB) sobe para 51,54%.

4. DOS RESULTADOS

A tabela a seguir mostra a sorte que, de um modo geral, têm encontrado as iniciativas das parlamentares federais:

Destino	Total
Arquivada	55,20%
Tramitando	24,72%
Aprovada no Congresso Nacional	9,01%
Rejeitada no Congresso Nacional	4,49%
Transformada em Norma Jurídica	2,69%
Retirada pela Autora	1,80%
Informações Recebidas	1,17%
Vetada	0,91%
Total Global	100,00%

Salvo engano, parece haver uma diferença entre os padrões gerais de transformação de proposições em normas jurídicas, que se situa, segundo dados de conhecimento geral, entre 5% e 7% do que vem a ser proposto, e o padrão de aprovação de matérias propostas por mulheres, que é de cerca de 2,7%. Apenas uma investigação mais detalhada das circunstâncias pode confirmar a existência de um preconceito atuando como motivação de decisões no processo legislativo (visto que à inexperiência também se pode imputar alguma causalidade no assunto); entretanto, o presente estudo levanta suspeitas de que esse seja o caso.

Apenas uma parcela pequena daquilo que é apresentado vem a ser transformada em norma jurídica. Quase ¼ de tudo o que foi apresentado nos últimos vinte anos ainda continua em tramitação, mas não há qualquer razão para que se espere resultados diferentes.

Se considerarmos a atividade parlamentar federal feminina segundo o instrumento legislativo, temos o seguinte quadro:

Projeto de Lei	53,38%
Proposta de Emenda à Constituição	3,55%
Requerimento de Informações aos Poderes Executivo e Judiciário	23,61%
Indicação ao Poder Executivo	8,22%
Requerimento Interno ao Congresso Nacional	9,29%
Outros	1,95%
Total Global	100,00%

Os números revelam, como já foi observado anteriormente, um importante esforço de fiscalização convivendo com as iniciativas de legislação em sentido estrito. Somados, os requerimentos ao Executivo e ao Judiciário e as indicações perfazem um total de 31,83%. As “indicações” traduzem os esforços de regulação: no mais das vezes, consistem em idéias apresentadas aos Ministérios com a expectativa de inspirarem decretos que regulem matérias de competência do Poder Executivo.

Em síntese, a análise inicial dos dados levantados revelou:

A lógica do jogo político-parlamentar federal parece sobrepor-se à lógica do gênero enquanto principal orientador e motivador da ação política das parlamentares federais. As proporções de propostas tradicionais, modernas e pós-modernas não diferem da média geral do Parlamento e acompanham as tendências gerais em curso na sociedade;

Entretanto, se observarmos a atuação das mulheres no campo da fiscalização e da regulação da administração pública, encontraremos, possivelmente, traços distintivos interessantes. Salvo melhor juízo, as parlamentares federais parecem empreender grande esforço para a ampliação da transparência do ambiente político-estatal;

Por fim, parece haver uma diferença curiosa entre os padrões de transformação em norma jurídica das matérias propostas por homens e das propostas por mulheres. O número masculino situa-se em torno dos 6%, enquanto o feminino gira em torno de 2,7%. Os homens aprovam, pois, cerca de duas vezes mais do que suas colegas de Parlamento.

A conscientização dessa desigualdade vem impulsionando as mulheres a participarem cada vez com mais empenho das atividades no âmbito político, social e econômico. Neste ano, o Congresso Nacional, reconhecendo a necessidade de atuar junto com o Poder Executivo na elaboração de uma agenda positiva, atendeu ao apelo da Presidência da República, através da Secretaria de Política para as Mulheres, engajando-se às propostas de mudança, visando ajustes às leis.

Recentemente, essa Secretaria de Políticas para Mulheres divulgou um documento intitulado Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com o objetivo de reafirmar um modelo de gestão solidária e compartilhada, de permanente diálogo com os movimentos e setores sociais.

De acordo com o documento, o Plano se orienta pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, princípio da equidade, da autonomia das mulheres, da lascívade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social.

Restam aos atores, componentes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário identificarem seus papéis, atuando para o fortalecimento da democracia, no qual não haja espaço para discriminações contra as minorias.

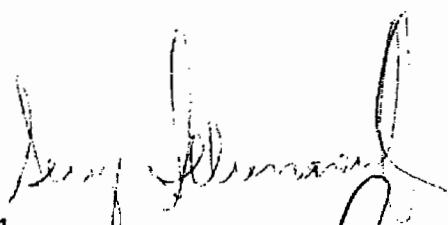
Eis porque, ratificamos as propostas da Secretaria das Mulheres, abaixo relacionadas, pois podem significar um marco para a evolução da questão de gênero.

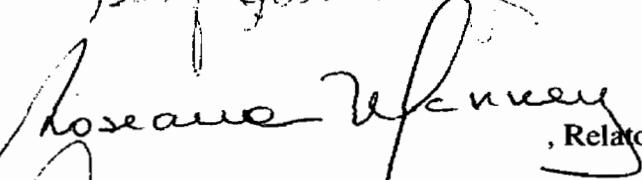
Da autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania;

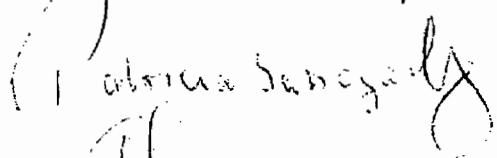
Da educação inclusiva e não seccista;

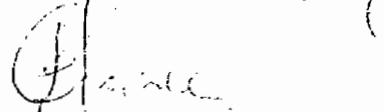
Da saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
Do enfrentamento da violência contra as Mulheres
E, sob a ótica do Legislativo,
E do Exercício do Poder.

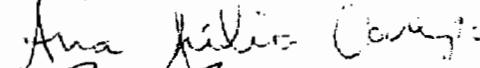
Sala da Comissão,

, Presidente

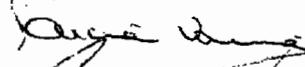
, Relatora

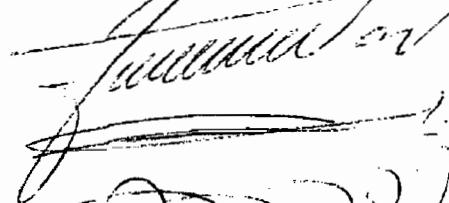
Patrícia Sampaio

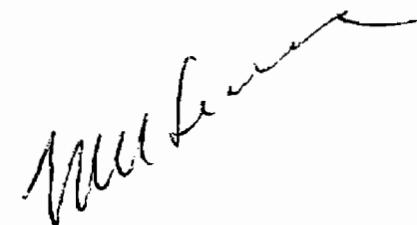
Ana Lídia

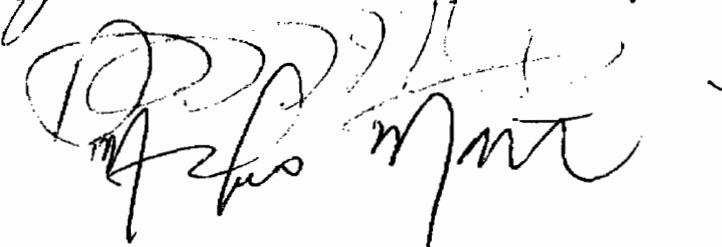
Ana Lídia (cont.)

Rosâlio Pires

Ana Lídia

Ana Lídia

Ana Lídia

Ana Lídia